

CÁTEDRA LUIZ DE QUEIROZ DE SISTEMAS AGROPECUÁRIOS INTEGRADOS

A Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz” (Esalq), da Universidade de São Paulo (USP), anunciou em 10 de outubro de 2017 a instalação da Cátedra Luiz de Queiroz, que foi aprovada por sua Congregação em 14 de setembro de 2017, iniciativa apoiada pelo Instituto de Estudos Avançados (IEA) da USP. Foi também aprovada pela Congregação a indicação do Primeiro Titular, Roberto Rodrigues (Ciclo 2017/2018), e, **em 12 de dezembro de 2018, a do Segundo Titular, Marcos Sawaya Jank (Ciclo 2019/2020).**

A **Cátedra Luiz de Queiroz de “Sistemas Agropecuários Integrados”** é uma cadeira voltada para a discussão e realização de atividades que promovam reflexões interdisciplinares, em nível regional, nacional e internacional, sobre temas relativos ao desenvolvimento e sustentabilidade de Sistemas Agropecuários Integrados e suas aplicações com o ambiente e com a sociedade.



Prof. Dr. Marcos Sawaya Jank
Segundo Titular da Cátedra (Ciclo 2019/2020)

Engenheiro Agrônomo formado pela Esalq/USP em 1984, com **Mestrado em Política Agrícola** pelo *Institut Agronomique de Montpellier*, França, em 1988, **Doutorado em Administração** pela FEA/USP em 1996, **Pós-Doutorado** pela *University of Missouri-Columbia* (2000) e *Georgetown University* (2001) nos Estados Unidos e **Livre Docência** pela Esalq/USP em 2002. Atualmente, atua também como professor sênior de agronegócio global do **Insper**, onde coordena o centro **Insper Agro Global**.

Entre 2017 e 2019 foi presidente da Aliança Agro Ásia-Brasil (*Asia Brazil Agro Alliance - ABAA*), iniciativa que reuniu entidades exportadoras (ABIEC, ABPA e UNICA) com o objetivo de aprimorar a representatividade do agronegócio brasileiro nos países asiáticos.

Foi diretor de assuntos corporativos e desenvolvimento de negócios da BRF para a região Ásia-Pacífico, Presidente da União da Indústria de Cana-de-Açúcar (UNICA), Presidente do Instituto de Estudos do Comércio e das Negociações Internacionais (ICONE) e Especialista em Integração e Comércio no Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) em Washington.

É conselheiro de diversas empresas e organizações no País e no exterior, tendo liderado projetos do Banco Mundial, FAO, PNUD e OCDE. Atualmente, integra os conselhos da RUMO Logística, da COMERC Energia e do *International Food Policy Research Institute* (IFPRI), em Washington. Entre 1989 e 2007, foi Professor Associado da Universidade de São Paulo (USP), na Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade (FEA), no Instituto de Relações Internacionais (IRI) e no Departamento de Economia, Administração e Sociologia da Esalq/USP, onde lecionou durante 13 anos.

Acumula mais de dez anos de vivência no exterior, entre Europa, Estados Unidos e Ásia. Entre os reconhecimentos de sua carreira estão: 100 personalidades mais influentes do agronegócio brasileiro em 2012, 2014 e 2018 (Revista Dinheiro Rural); Prêmio ABERJE 2011 pela melhor campanha de comunicação corporativa do País (projeto de comunicação da cadeia sucoenergética brasileira) e “Engenheiro Agrônomo do Ano” pela AEASP em 2007.

Patrocinador do 2.º Ciclo da Catedra Luiz de Queiroz

Master Categoria Ouro



A Cooperativa Central Aurora Alimentos é formada por 11 cooperativas filiadas, mais de 65 mil famílias de empresários rurais, mais de 30 mil empregados diretos e 10 mil empregados das cooperativas que formam o sistema. Trata-se de um sistema que relaciona cooperativas singulares, indústria e mercado, sempre comprometida com a sustentabilidade. Essa soma resulta em mais de 100 mil famílias no campo e na cidade, que produzem diariamente alimentos de excelência, comercializados no Brasil e no mundo.

ATIVIDADES REALIZADAS:

I. Livro *China-Brazil Partnership on Agriculture and Food Security*.

II. Eventos e debates realizados no Brasil.

III. Eventos e debates realizados na China.

IV. Artigos publicados e participações online em lives e webinars.

- I. **Livro *China-Brazil Partnership on Agriculture and Food Security*** (Parceria Brasil-China em Agricultura e Segurança Alimentar): com tiragem de 2.000 exemplares, o livro de 428 páginas, editado em língua inglesa, foi organizado pela Esalq/USP e pela *China Agricultural University* (CAU), com 24 autores de grande experiência e reputação nos dois países. **(Detalhes - ANEXO 1)**

A large share of the Brazilian supply of agricultural and food products is “married” to Chinese import demand, and both parties are very aware of their mutual dependence. Thus, China has also become an increasingly important investor within Brazilian agribusiness. This book presents a series of perspectives from both countries, which outline the promising potential for constructive encounters on a broad range of issues related to trade, investments, infrastructure, innovation, and sustainability that will shape our current agriculture and food security challenges in these difficult times of a global pandemic.

The Editors

As the leading universities within agriculture and food-related subjects in China and Brazil, CAU and USP launch this joint publication presenting in-depth analyses about the strategic importance of stronger bilateral cooperation in trade, investments, innovation, infrastructure, and sustainability.

Vahan Agopyan - *President, University of Sao Paulo (USP)*

This book, written by a highly qualified group of Chinese and Brazilian experts, is the most comprehensive publication on China-Brazil relations and cooperation perspectives within the agri-food sector.

Roberto Rodrigues
Former Minister of Agriculture, 1st holder of the Luiz de Queiroz Chair (Esalq)

Even with the backdrop of anti-globalization trends, the two largest emerging economies in Asia and Latin America have continued to strengthen productive partnerships in agriculture and food security, creating strong mutual complementarities in trade, investments and technology, as highlighted in this truly captivating book.

Shenggen Fan - *Chair Professor at CAU, former DG of IFPRI*

ORGANIZERS:



Luiz de Queiroz Chair

PARTNER INSTITUTION:

Insper AGRO GLOBAL
Global Ag Business Center



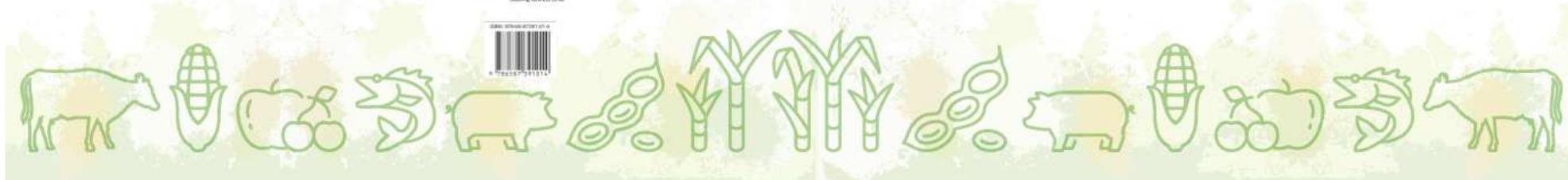
CHINA-BRAZIL PARTNERSHIP ON AGRICULTURE AND FOOD SECURITY



PARTNERSHIP ON
AGRICULTURE AND
FOOD SECURITY

Editors:
Marcos Sawaya Jank
Pei Guo
Sílvia H. G. de Miranda

In the last 50 years, Brazil and China's agricultural and food sectors have undergone profound reforms and transformations. As two of the top four largest global producers and exporters, China and Brazil are important actors in the future landscape of global agriculture. Rapidly intensifying trade and investment relations mean that these countries have become increasingly interconnected within the field of agribusiness: China is the principal destination of Brazilian agricultural exports, representing one third of the almost US\$ 100 billion exported by the South American country in this sector. Agri-food products account for half of total Brazilian exports to China. Today, Brazil is the main supplier of agri-food products to the Asian giant – nearly 20% of China's imports – and ranks #1 in the trade of soybeans, beef, poultry, cotton, sugar, and cellulose.





PARTNERSHIP ON
AGRICULTURE AND
FOOD SECURITY

Editors:
Marcos Sawaya Jank
Pei Guo
Sílvia H. G. de Miranda



China-Brazil Partnership on Agriculture and Food Security <i>Chapter descriptions</i>			
CAU (CHINA)		Esalq/USP (BRAZIL)	
PART 1. Evolution of the Chinese and Brazilian agri-food sectors: a comparative perspective			
1. The agricultural and rural sector in China: an overview	Pei GUO (CAU)	2. The Brazilian agri-food sector: an overview	Geraldo Sant’Ana de C. Barros (Esalq/USP)
PART 2. Ensuring global food security: successful internationalization cases			
3. Adding value to agricultural exports in China: the fruits and vegetables sector	Yueying Mu Juewen Jin (CAU)	4. Key success factors for the Brazilian grains and meat industry	André Souto Pessoa Débora da Costa Simões (Agroconsult)
PART 3. The future is now: investing in innovation and bioenergy			
5. Agriculture 5.0 in China: new technological frontiers and the challenges to increase productivity	Jianjun Lyu (CAU)	6. The energy cane revolution in Brazil: delivering food, bioenergy and biomaterials	Eduardo Leão Luciano Rodrigues (Unica)

PART 4. Cooperation in infrastructure and investments			
7. The Chinese appetite for global agriculture investments: the role of Brazil	Yijun Han Jian Luan Chengming Ji Yu Li (CAU)	8. Transport infrastructure: opportunities for a close partnership with China	José Vicente Caixeta Filho Thiago G. Péra (Esalq/USP)
PART 5. Bilateral Trade Perspectives			
9. Opportunities and challenges to strengthen bilateral agri-food trade: the Chinese perspective	Honghua Chen Yixing Tian (CAU)	10. Opportunities and challenges to strengthen bilateral agri-food trade: the Brazilian perspective	Sílvia H. Galvão de Miranda (Esalq/USP) Marcos S. Jank (2º Catedrático Esalq) Niels Soendergaard (Insper Agro Global)
PART 6. Promoting sustainability: a challenge for both countries			
11. China: investing in sustainability to preserve natural resources and prevent natural disasters	Li Gao Yuquan Chen (CAU)	12. Sustainability in Brazilian agriculture: key challenges and potential collaborations with China	Rodrigo Carvalho de Abreu Lima Laura Barcellos Antoniazzi (Agroicone)
13. Book Executive Summary (Executive Summary and Policy recommendations) <i>Marcos S. Jank (Esalq/USP), Pei Guo (CAU), Silvia Miranda (Esalq/USP)</i>			

A versão digital para download gratuito estará disponível no site da Biblioteca da Esalq/USP e no Portal de Livros Abertos da USP:

<https://www.esalq.usp.br/biblioteca/portais-de-pesquisa/livros-abertos-da-esalq>

Os exemplares serão encaminhados para universidades, entidades de classe, empresas, associações setoriais, associações de classe, mídia e formadores de opinião, bem como aos interessados (entrar em contato com a Biblioteca da Esalq/USP para envio de um exemplar mediante o custeio da postagem ou retirada direta no local).

Evento de Lançamento do Livro (*Live*) e Debate:

Devido ao atendimento de medidas preventivas quanto ao Covid-19, o lançamento do livro, seguido de debate, ocorrerá por meio de *Live*, agendada no dia 3 de junho de 2020, às 10h, @esalqmidias, evento que integrará a programação de celebração do aniversário de fundação da Esalq/USP (119 anos).

Programação Live:**Abertura**

- Vahan Agopyan, reitor da USP
- Durval Dourado Neto, diretor da Esalq/USP

Apresentações dos Editores

- Marcos S. Jank (2º Titular da Cátedra Luiz de Queiroz)
- Pei Guo (CAU)
- Sílvia H. G. de Miranda, docente da Esalq/USP

Painelistas

- José Vicente Caixeta Filho, docente da Esalq/USP
- André Pessoa, presidente da Agroconsult
- Rodrigo Lima, diretor geral da Agroicone

Debatedores

- Roberto Rodrigues, coordenador do Centro de Agronegócios da FGV
- Alysson Paolinelli, presidente do Conselho Consultivo do Fórum do Futuro
- Larissa Wachholz, chefe do Núcleo China do MAPA



LANÇAMENTO DE LIVRO E DEBATE:
**PARCERIA BRASIL-CHINA
EM AGRICULTURA
E SEGURANÇA ALIMENTAR**

3 JUN 2020 - 10H

@ESALQMÍDIAS

Partnership on
Agriculture and
Food Security

Editors:
Marcos Sawaya Jank
Pei Guo
Sílvia H. G. de Miranda

PROGRAMAÇÃO:

ABERTURA

Vahan Agopyan, reitor da USP
Durval Dourado Neto, diretor da Esalq/USP

APRESENTAÇÕES DOS EDITORES

Marcos Jank, Cátedra Luiz de Queiroz
Pei Guo, CAU - China
Sílvia H. G. de Miranda, Esalq/USP

PANELISTAS

José Vicente Caixeta Filho, Esalq/USP
André Pessoa, Agroconsult
Rodrigo Lima, Agroicone

DEBATEDORES

Roberto Rodrigues, FGV
Alysson Paolinelli, Fórum do Futuro
Larissa Wachholz, Mapa

<p>PATROCÍNIO</p>	<p>PARCEIRO INSTITUCIONAL</p>	<p>APOIO LIVESTREAMING</p>
--------------------------	--------------------------------------	-----------------------------------

Arte para divulgação em mídias sociais e whatsapp

Live:
Lançamento do Livro
**Parceria Brasil-China em
Agricultura e Segurança
Alimentar**
seguido de debate

3JUN2020 - 10h
 @esalqmidias

ABERTURA:

VAHAN AGOPYAN
reitor da USP

DURVAL DOURADO NETO
diretor da Esalq/USP

APRESENTAÇÕES DOS EDITORES:

MARCOS JANK
segundo titular da
Cátedra Luiz de Queiroz

PEI GUO
Full Professor,
China Agricultural University (CAU)

**SÍLVIA H. GALVÃO
DE MIRANDA**
docente da Esalq/USP

PAINELISTAS:

**JOSÉ VICENTE
CAIXETA FILHO**
docente da Esalq/USP

**ANDRÉ SOUTO
MAIOR PESSOA**
presidente da Agroconsult

RODRIGO LIMA
diretor geral da Agroicone

DEBATEDORES:

ROBERTO RODRIGUES
coordenador do Centro
de Agronegócios da FGV

ALYSSON PAOLINELLI
presidente do Conselho Consultivo
do Fórum do Futuro

LARISSA WACHHOLS
chefe do Núcleo China do MAPA

Organização



Parceria institucional



Patrocínio



Apoio Livestreaming



Arte para divulgação por e-mail

O ESTADO DE S. PAULO

PUBLICADO DESDE 1875

AMÉRICO DE CAMPOS (1875-1884) LUÍZ CARLOS MESQUITA (1902-1972)
FRANCISCO RANGEL PESTANA (1875-1890) JOSÉ VIEIRA DE CARVALHO MESQUITA (1947-1988)
JULIO MESQUITA (1885-1927) JULIO DE MESQUITA NETO (1943-1986)
JULIO DE MESQUITA FILHO (1915-1989) LUÍZ VIEIRA DE CARVALHO MESQUITA (1947-1987)
FRANCISCO MESQUITA (1895-1989) RUY MESQUITA (1947-2012)

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
PRESIDENTE: ROBERTO CRISGAMA MESQUITA
MEMBROS
FERNANDO C. MESQUITA
FERNÃO LARA MESQUITA
FRANCISCO MESQUITA NETO
DE TALUÍZ DE ALENCAR
JULIO CÉSAR MESQUITA

FRANCISCO H.
JOÃO FABIO E
FRANCISCO BUEI
MARIANA BRF
NELSON DARI

Espaço Aberto

Parceria Brasil-China para a segurança alimentar

*
Marcos Sawaya Jank, Pei Guo e Silvia H. G. de Miranda

Nos anos 1970 o Brasil e a China, as maiores economias da América Latina e da Ásia, iniciaram reformas que colocaram os dois países entre os quatro maiores produtores e exportadores mundiais de produtos agropecuários e alimentos.

Em 1978 Deng Xiaoping iniciou reformas que levaram mais de 200 milhões de chineses a deixar a zona rural para trabalharem nas novas manufaturas do país, formando a maior classe média emergente do planeta. Isso permitiu que a agricultura chinesa se modernizasse, incorporando tecnologia, insumos modernos e escala de produção. Ao mesmo tempo, sabiamente o país decidiu se especializar em atividades intensivas em mão de obra, como as de aquicultura e de hortifrutigranjeiros, hoje os setores mais dinâmicos da pauta de exportações agrícolas da China. Mais tarde, o impacto da chamada indústria 4.0 sobre as cadeias agroalimentares chinesas ficou evidente, levando digitalização, drones, estufas flexíveis, inteligência artificial, robótica e comércio eletrônico para o campo.

Nesse mesmo período o Brasil descobriu a fórmula para vencer as dificuldades da produção agrícola em regiões tropicais dominadas por solos pobres e pragas abundantes. A solução veio da combinação de tecnologias inovadoras e agricultores capacitados que migraram para os cerrados do Centro-Norte do País, ganhando produtividade e combinando economia de escala (grandes propriedades) e de escopo (duas safras por ano, integração lavoura-pecuária). O Brasil especializou-se em atividades intensivas em terra e capital, a exemplo do complexo integrado de produção de grãos e carnes e da produção eficiente de açúcar, etanol e bioeletricidade de cana-de-açúcar.

As profundas transformações do Brasil e da China se casaram em 2000, quando a

demanda explosiva por proteína animal (carnes, pescados e lácteos) da classe média emergente chinesa se encontrou com a grande oferta de soja do cerrado brasileiro. A soja, uma planta originária da China, é a principal fonte de proteína da alimentação animal.

De 2000 a 2020 as importações chinesas saltaram de 2% para 35% da pauta exportadora do agronegócio brasileiro, tornando a China, de longe, a principal cliente global do Brasil. E o agronegócio responde por metade das exportações totais do Brasil para a China.

No sentido inverso, o Brasil tornou-se o principal fornecedor de produtos agropecuários para a China, respondendo por cerca de 20% das importações do país asiático e ocupando o primeiro lugar nas importações chinesas de

O comércio bilateral do agronegócio decolou, mas muito ainda pode ser feito para ampliá-lo

soja, celulose, açúcar, algodão e carnes bovina e avícola.

O comércio do agronegócio decolou entre os dois países, mas muito ainda pode ser feito para ampliá-lo nos dois sentidos, aumentando volumes e diversificando e diferenciando os produtos comercializados. Mas o comércio não é tudo. Há imensas oportunidades para maior cooperação entre os dois países em áreas como investimentos, infraestrutura, sustentabilidade, ciência e inovação.

A China poderia beneficiar-se dos conhecimentos sobre tecnologia tropical brasileira na agropecuária e em bioenergia. O Brasil poderia conectar-se à revolução digital, de drones e do comércio eletrônico da China. O Brasil carece de capital e investimentos na agricultura e de melhorias na infraestrutura de apoio ao setor. Os dois países enfrentam grandes desafios no tema da sustentabilidade: o Brasil, nas questões ligadas a desmata-

mento ilegal, biodiversidade e uso da terra; a China, em temas como falta de água, degradação de solos, poluição do ar e mau uso de pesticidas.

O tema da sanidade e segurança do alimento tornou-se central neste momento de pandemia global. As cadeias da proteína animal dos dois países poderiam estar mais integradas, com a construção de uma sólida parceria estratégica de longo prazo no setor.

Os temas acima listados fazem parte do livro *Parceria Brasil-China para a Agricultura e a Segurança Alimentar (China-Brazil Partnership on Agriculture and Food Security)*, que será lançado na próxima semana pela Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (ESALQ-USP) e pela China Agricultural University (CAU), sob a nossa coordenação.

São 12 capítulos em inglês que trazem análises e perspectivas chinesas e brasileiras de 24 especialistas ligados às duas universidades. O livro analisa a evolução da agricultura e das políticas agrícolas nos dois países, os casos de maior sucesso internacional e uma ampla discussão sobre temas-chave da relação bilateral, como comércio, infraestrutura, investimentos, inovação e sustentabilidade.

O lançamento será feito por meio de um debate virtual organizado pela ESALQ no dia 3 de junho às 10 horas, em seguida será posta à disposição a versão eletrônica do livro para *download* gratuito. Trata-se provavelmente da mais completa obra já produzida sobre as relações Brasil-China no agronegócio.

* RESPECTIVAMENTE, PROFESSOR SÊNIOR DO INSPER E 2º TITULAR DA CATEDRA LUIZ DE QUEIROZ DA ESALQ-USP; PROFESSOR TITULAR E EX-REITOR DA FACULDADE DE ECONOMIA E ADMINISTRAÇÃO DA CHINA AGRICULTURAL UNIVERSITY (CAU); PROFESSORA ASSOCIADA E VICE-DIRETORA DO CENTRO DE ESTUDOS AVANÇADOS EM ECONOMIA APLICADA (CEPEA) DA ESALQ-USP

Três razões para você ler este novo livro

Volume é contribuição indispensável no esforço de desbravar futuro melhor aos brasileiros. Por **Philip Yang**, para o Valor

"China-Brazil Partnership on Agriculture and Food Security" Editora: Esalq/USP. Org.: Esalq/USP e CAU. Editores: Marcos Sawaya Jank, Pei Guo e Sílvia Helena Galvão de Miranda, 428 págs. (em inglês)

Em um mercado editorial e ambiente acadêmico rarefeitos em títulos sobre a China — país que acumula a dupla credencial de potência econômico-político-tecnológica e de maior parceiro comercial do Brasil —, a publicação do livro "China-Brazil Partnership on Agriculture and Food Security" é evento muito bem-vindo e necessário.

A surpreendente trajetória chinesa nestas últimas quatro décadas e a maneira com que o Brasil se relacionou com o gigante asiático seguem pouco conhecidas e estudadas entre nós, de modo que o lançamento do título merece atenção não só entre os especialistas do agronegócio, mas sobretudo entre os que buscam refletir sobre o futuro da inserção do Brasil no mundo.

Lançado pela Esalq, o livro é resultado de esforço bilateral da Universidade Agrícola da China (CAU) e da Universidade de São Paulo (USP). Organizado pelos professores Marcos Jank, Pei Guo e Sílvia Miranda, o volume abarca grandes temas, abordados intercaladamente por autores brasileiros e chineses: a evolução comparada dos setores agrícolas dos dois países, casos exemplares de internacionalização, investimento em inovação, cooperação em infraestrutura, perspectivas do comércio bilateral e a promoção da sustentabilidade.

Aponto três motivos para indicar o livro como leitura obrigatória para qualquer pessoa que se considere mais ou menos bem-informada.

1) Os 12 capítulos constituem um verdadeiro compêndio da trajetória do agribusiness brasileiro e chinês e de suas inter-relações.

2) O agribusiness é o único setor da economia brasileira que nos coloca como ator verdadeiramente relevante na arena de poder mundial; essencial,



Navio brasileiro com carga de açúcar para a China: livro retrata a construção da notável interdependência entre os dois países

portanto, conhecer em profundidade os condicionantes, as variáveis e perspectivas em jogo.

3) As boas respostas trazidas na publicação alimentam novas perguntas que precisamos nos fazer, no Brasil e na China, com relação à ordem mundial que se descortina.

Exploro cada uma dessas três razões.

O conjunto da obra retrata a construção da notável interdependência entre os dois países. E o entendimento em profundidade desse edifício bilateral, alicerçada no agribusiness, é fundamental para o Brasil, pois é a relação com os chineses que nos confere um peso e importância geoeconômica e política diferenciados, distintos da nossa condição histórica de potência média, de influência limitada ao regional.

Dito de outra maneira, e de forma mais crua, é a relação especial, interdependente, com a China, hoje potência global, que nos abre a possibilidade de transcender nossa condição econômica e política periférica e marginal em relação aos centros dinâmicos do poder mundial.

Ao oferecer rica documentação informativa e analítica sobre a relação comercial China-Brasil no agribusiness, pilar central do relacionamento bilateral, o volume objeto desta breve resenha abre o caminho para novas questões

essenciais para a definição dos caminhos que queremos construir, em temas que vão desde problemas presentes associados à crise sanitária atual a reflexões de longo curso quanto ao lugar que pretendemos ocupar na novíssima ordem internacional que se sedimenta.

No plano operacional, como integrar as cadeias globais de suprimento de forma a aumentar a segurança dos alimentos, com padrões sanitários mais rígidos e uniformes entre os países, reduzindo o risco de epidemias como a gripe aviária, a peste suína e a covid, que atingiram duramente a China nos últimos anos? E, no plano da economia política, será que aprofundaremos nosso papel internacional de provedor de commodities agrícolas? Ou teremos a possibilidade de diversificar a nossa pauta exportadora para produtos de maior valor agregado, inclusive no agronegócio?

No âmbito do investimento, as oportunidades de cooperação apontadas em diferentes capítulos do livro estarão sempre limitadas aos segmentos diretamente associados à agropecuária? Ou podemos imaginar que saberemos expandir a relação bilateral a outros domínios da economia?

Sendo a China a ponta de lança em diversos segmentos da chamada Indústria 4.0, podemos imaginar que a

interdependência sino-brasileira poderia ensinar termos de troca que alavanquem o ingresso mais estruturado do Brasil na nova economia de modo a permitir que o Brasil transcenda a condição de consumidor passivo de bens da Quarta Revolução Industrial?

Pensar tais questões centrais sobre o Brasil, o que somos e o que queremos ser, envolve o conhecimento dos fundamentos da nossa trajetória econômica e social. O livro "China-Brazil Partnership on Agriculture and Food Security" é uma contribuição indispensável nesse esforço coletivo de desbravamento de um futuro melhor para os brasileiros.

O livro estará disponível para download gratuito a partir do dia 3 no link bit.ly/2M1yE18. Quando as atividades na USP se normalizarem, pode-se solicitar um exemplar gratuito à Biblioteca da Esalq/USP, mediante pagamento da despesa postal pelo interessado ou retirado diretamente nesse local. Informações: publicacao.esalq@usp.br

Philip Yang, fundador do Instituto Urbem (www.urbem.org.br) e senior fellow do Centro Brasileiro de Relações Internacionais (Cebri), é autor do ensaio "O que o Brasil Quer da China?" globo.com/2m1Rec

Sexta-feira, 29 de maio de 2020 | Valor | 27

Resenha do livro publicada no jornal Valor Econômico em 29 de maio de 2020

II. Eventos e debates realizados no Brasil:

Prêmio Novo Agro – Edição 2019

- Dia: 24 de setembro de 2019
- Local: Edifício JK Banco Santander (São Paulo, SP)
- Resumo: Participação do Segundo Catedrático no Julgamento Final dos projetos inscritos na 2.^a edição do Prêmio Novo Agro, iniciativa do Santander em conjunto com a Esalq/USP, com a atribuição de notas para a definição de um ganhador nas categorias: Empreendedorismo, Sustentabilidade, Inovação e Mulher na Gestão.

Painel - Workshop Brazil-China: studies and perspectives

- Dias: 8 e 10 de outubro de 2019
- Local: Sala da Congregação - Edifício Central, Esalq/USP (Piracicaba, SP)
- Resumo: Evento realizado durante a 62.^a Semana “Luiz de Queiroz”, promoveu o encontro entre pesquisadores e estudantes brasileiros e chineses (cerca de 40 participantes no total, sendo 16 chineses, dois deles docentes da CAU).

October 8, 2019 (Tuesday)

08:30 Opening, Marcos Jank

Environmental Economics

8:45 Is the Low Carbon Agriculture Credit Program impacting pasture area and quality in Brazil's Northeast region? Giovani Gianetti, Esalq/USP

09:00 Are biofuels desirable to emerging economies? A general equilibrium approach to Brazil, Giovani Gianetti, Esalq/USP

09:15 Determinants of efficiency on customs for importing agricultural and food products, William Arboleya, Esalq/USP

09:30 Potential for Irrigated Agriculture in Brazil, Arthur Nicolaus Fendrich, GeoLab/Esalq/USP

10:00 Land Rural Tax in Brazil: problems and possibilities, Pedro Alves Quilici Coutinho, GPP/Esalq/USP

10:30 Coffee Break

Ornamental Horticulture

11:00 The effect of ethylene on flowering and aging of Chinese rose, Na Wang, CAU

Ecology

11:15 Earthworms: The engineers of soil ecosystem, Caide Huang, CAU

Animal Nutrition and Feed Science

11:30 25-hydroxyvitamin D₃ application for sows during lactation, Lianhua Zhang, CAU

11:45 Black soldier flies serve as the feed source in fish nutrition, Senlin Li, CAU

12:00 Questions and discussion

October 10, 2019 (Thursday)

Preventive Veterinary

08:30 Network analysis of cattle movement in Mato Grosso do Sul (Brazil) and implications for foot-and-mouth disease outbreaks, Taís Menezes, Esalq/USP

08:45 Macrocyclic lactones against poultry red mites (*Dermanyssus gallinae*) on chicks, Xiaolin Xu, CAU

Agricultural Economics

09:10 Negative Externalities of Pesticide Use: A Spatial Approach, Gustavo Dantas, Esalq/USP

09:30 Impacts of mechanization on sugarcane aggregate productivity, Gabriel Costeira Machado, Esalq/USP

09:45 Macroeconomics Team of the Center of Advanced Studies on Applied Economics, Ana Carolina Morais, Esalq/USP

10:00 How can the E-commerce help the agricultural producers sell? Taking Pinduoduo as an example

Nan Xiang, CAU

10:30 Coffee Break

Agriculture in Brazil

11:00 Soybean production in Brazil, Mauro Osaki, Esalq/USP

11:15 Sugarcane Payment System in Brazil, Heloísa Burnquist, Esalq/USP

11:30 - Cotton production in Brazil, Fábio Lima/Gabriel Faleiros, Esalq/USP

11:45 - ESALQ/B3 Fed Cattle Price Index São Paulo State, Gabriela Ribeiro, Esalq/USP

12:00 Questions and discussion



Workshop Brazil-China: Studies and Perspectives



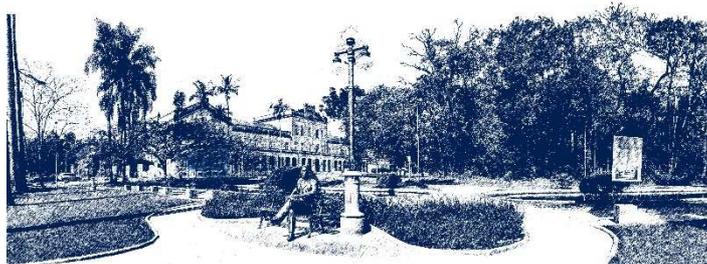
Luiz de Queiroz College of Agriculture
University of São Paulo



Luiz de Queiroz Chair on
Integrated Agri-Food Systems

Prof. Marcos Sawaya Jank (Cycle 2019)

SPONSORSHIP:



Artes do banner e do certificado do evento

Certificate of Presentation

XXXXX

For the presentation at the
"Workshop Brazil-China: Studies and Perspectives"

Luiz de Queiroz College of Agriculture
October 8 and 10 2019
Piracicaba, São Paulo State, Brazil



WORKSHOP BRAZIL-CHINA: STUDIES AND PERSPECTIVES



**October 8, 2019
(Tuesday)**

**October 10, 2019
(Thursday)**

Ceres Room

- ⌚ 08:30 - Opening
- ▷ Marcos Jank

Environmental and Agricultural Economics

- ⌚ 09:00 - Is the Low Carbon Agriculture Credit Program impacting pasture area and quality in Brazil's Northeast region?
- ▷ Giovanni Gianetti
- ⌚ 09:15 - Are biofuels desirable to emerging economies? A general equilibrium approach to Brazil
- ▷ Giovanni Gianetti
- ⌚ 09:30 - Determinants of efficiency on customs for importing agricultural and food products
- ▷ Willian Arboléya
- ⌚ 09:45 - Potential for Irrigated Agriculture in Brazil
- ▷ GPP
- ⌚ 10:10 - Land Rural Tax in Brazil: problems and possibilities
- ▷ GPP
- ⌚ 10:30 - Coffee Break

Ornamental Horticulture

- ⌚ 11:00 - The effect of ethylene on flowering and aging of Chinese rose
- ▷ Na Wang

Ecology

- ⌚ 11:15 - Earthworms: The engineers of soil ecosystem
- ▷ Caide Huang

Animal Nutrition and Feed Science

- ⌚ 11:30 - 25-hydroxyvitamin D3 application for sows during lactation
- ▷ Lianhua Zhang
- ⌚ 11:45 - Black soldier flies serve as the feed source in fish nutrition
- ▷ Senlin Li
- ⌚ 12:00 - Questions and discussion

Ceres Room

Preventive Veterinary

- ⌚ 08:30 - Network analysis of cattle movement in Mato Grosso do Sul (Brazil) and implications for foot-and-mouth disease outbreaks
- ▷ Taís Menezes
- ⌚ 08:45 - Macrocyclic lactones against poultry red mites (*Dermanyssus gallinae*) on chicks
- ▷ Xiaolin Xu

Agricultural Economics

- ⌚ 09:10 - Negative Externalities of Pesticide Use: A Spatial Approach
- ▷ Gustavo Dantas
- ⌚ 09:30 - Impacts of mechanization on sugarcane aggregate productivity
- ▷ Gabriel Costeira Machado
- ⌚ 09:45 - Macroeconomics Team of the Center of Advanced Studies on Applied Economics
- ▷ Ana Carolina Morais
- ⌚ 10:00 - How can the E-commerce help the agricultural producers sell? Taking Pinduoduo as an example
- ▷ Nan Xiang

- ⌚ 10:30 - Coffee Break

Agriculture in Brazil

- ⌚ 11:00 - Soybean production in Brazil
- ▷ Mauro Osaki
- ⌚ 11:15 - Sugarcane Payment System in Brazil
- ▷ Heloísa Burnquist
- ⌚ 11:30 - Cotton production in Brazil
- ▷ Fábio Lima/Gabriel Faleiros
- ⌚ 11:45 - ESALQ/B3 Fed Cattle Price Index São Paulo State
- ▷ Gabriela Ribeiro
- ⌚ 12:00 - Questions and discussion



Painel - Esalqshow 2019 - Palestra Catedrático, Marcos Jank

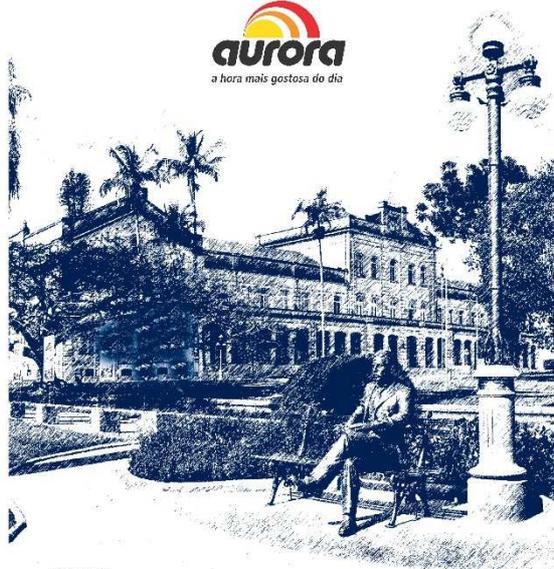
- Data: 9 de outubro de 2019
- Local: Salão Nobre - Edifício Central, Esalq/USP (Piracicaba, SP)
- Resumo: Palestra Desafios Globais da Agricultura Brasileira, proferida pelo Catedrático Marcos Jank, após a solenidade de abertura da 3.ª edição do Esalqshow ([link](#) com o conteúdo dessa apresentação).



Cátedra Luiz de Queiroz de Sistemas Agropecuários Integrados

Professor
Marcos Sawaya Jank
(Ciclo 2019)

PATROCÍNIO:



Arte do banner do evento

III. Eventos e debates realizados na China:

11th CAER-IFPRI Annual Conference

- Período: entre 17 e 19 de outubro de 2019
- Local: Hangzhou, China; e Pequim, China
- Resumo: Um grupo composto por cinco representantes da Esalq/USP (Pesquisadora MSc. Gabriela Ribeiro – Cepea/USP, Professor Dr. José Vicente Caixeta Filho – ESALQ/USP, Pesquisador Dr. Thiago Péra – Esalq-Log/USP, MSc. Laura Antoniazzi – Agroicone e MSc. Débora Simões - Agroconsult), autores e coautores do livro *China-Brasil Partnership for Bilateral and Global Food Security*, estiveram, entre 13 e 19 de outubro, na China Agricultural University (CAU), em Pequim, para debater assuntos relacionados aos tópicos que serão abordados no referido livro. Após as reuniões em Pequim, os cinco representantes também participaram do evento em Hangzhou, organizado pela *China Agricultural Economic Review (CAER)*, principal publicação chinesa na área de economia agrícola editada em língua inglesa e pelo IFPRI (*International Food Policy Research Institute*), principal *think tank* que estuda e propõe políticas agroalimentares no mundo. O grupo de autores brasileiros participaram da sessão específica dedicada ao livro e também do seminário de apresentação e debate dos drafts iniciais do livro. A pesquisadora Gabriela Ribeiro, que vem auxiliando na organização dos eventos e do livro elaborou um relatório (**Detalhes – ANEXO 2 e ANEXO 3**).





IV. Artigos publicados e participações online em lives e webinars:

1 - Novos destinos da inovação no agro

Jornal "Folha de São Paulo", Caderno Mercado, 19/01/2019

2 - Alimentos e globalização no Império Britânico

Jornal "Folha de São Paulo", Caderno Mercado, 02/02/2019

3 - Por uma abertura comercial inteligente

Jornal "Folha de São Paulo", Caderno Mercado, 16/02/2019

4 - A falsa batalha entre Guedes e Agricultura

Jornal "Folha de São Paulo", Caderno Mercado, 02/03/2019

5 - Impacto do Acordo EUA-China no agro brasileiro

Jornal "Folha de São Paulo", Caderno Mercado, 16/03/2019

6 - Bolsonaro entre EUA, OCDE e China

Jornal "Folha de São Paulo", Caderno Mercado, 30/03/2019

7 - A epidemia chinesa de peste suína e o Brasil

Jornal "Folha de São Paulo", Caderno Mercado, 13/04/2019

8 - Impacto e lições da epidemia de peste suína na China

Jornal "Folha de São Paulo", Caderno Mercado, 11/05/2019

9 - Despedida e reencontros

Jornal "Folha de São Paulo", Caderno Mercado, 25/05/2019

10 - Os desafios globais do agronegócio

Jornal “Valor Econômico”, Opinião, 13/09/2019

11 - Agronegócio - crescimento, geopolítica e fortes emoções

Jornal “O Estado de S. Paulo”, Opinião, 21/12/2019

12 - Acordo EUA-China – impacto e inconsistências legais

Jornal “O Estado de S. Paulo”, Opinião, 31/01/2020

13 - O diálogo necessário entre agricultura e meio ambiente

Jornal “O Estado de S. Paulo”, Opinião, 28/02/2020

14 - O mundo global e a covid-19

Jornal “O Estado de S. Paulo”, Opinião, 27/03/2020

15 - O casamento inevitável entre Brasil e China no agronegócio

Jornal “Valor Econômico”, Suplemento *Eu & Fim de Semana*, 24/04/2020

16 - Um alerta global para zoonoses e segurança do alimento

Jornal “O Estado de S. Paulo”, Opinião, 24/04/2020

17 - Parceria Brasil-China para a segurança alimentar

Jornal “O Estado de S. Paulo”, Opinião, 29/05/2020

1 - Novos destinos da inovação no agro

Jornal “Folha de São Paulo”, Caderno Mercado, 19/01/2019

Marcos Sawaya Jank (*)

Universidades do Brasil e da China avançam em pesquisa e cooperação.

A ESALQ (Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”), da USP, e a CAU (*China Agricultural University*) lançaram em dezembro, na ilha de Hainan no sul da China, o “Centro Brasil-China de Inovação e Tecnologia Agropecuária”. Trata-se de iniciativa pioneira em inovação que segue a nova geografia que já vínhamos observando no comércio e nos investimentos do agronegócio.

ESALQ e CAU foram classificadas entre as cinco melhores universidades de ciências agrárias do mundo pelo ranking *US News 2016*, ao lado de Wageningen (Holanda), Cornell e Califórnia-Davis. Essas cinco instituições consolidaram uma parceria denominada “Aliança Acadêmica Agrícola A5”.

A pesquisa agropecuária é uma das raras áreas em que o Brasil tem excelência global. É um dos fatores responsáveis por alcançarmos a posição de terceiro maior exportador de produtos agroalimentares.

Menciona-se muito o papel da Embrapa, fundada nos anos 1970, nessa área. Mas muito antes dela o Brasil já contava com um robusto sistema de pesquisa e extensão nas universidades e em institutos estaduais como o IAC (Instituto Agrônomo de Campinas) e o IZ (Instituto de Zootecnia), criados há mais de um século.

O sucesso brasileiro na agropecuária deriva em boa parte de conhecimentos e tecnologias que foram trazidos do exterior e adaptados às condições tropicais de produção. Ele começou com o intercâmbio de professores e pesquisadores ligados às universidades e centros de pesquisa do setor público. Mais tarde, foi dominado por empresas de P&D, principalmente as grandes multinacionais.

A ESALQ foi criada em 1901, em Piracicaba, e já formou 15.700 profissionais. Na primeira metade do século passado, professores europeus vieram à USP e à ESALQ para apoiar a montagem das primeiras faculdades e departamentos. Em 1964, a ESALQ iniciou o primeiro programa de pós-graduação da USP, graças a doações da Fundação Rockefeller, da USAID e do IICA.

Com isso, dezenas de professores foram estudar na fantástica rede de universidades agrícolas dos Estados Unidos. Era época de conhecer as bases da revolução agrícola que ocorria naquele país.

Todavia, se no passado fomos buscar os conhecimentos de que precisávamos na Europa e nos EUA, hoje notamos que nossa geografia de interesses e destinos mudou radicalmente. Basta dizer que em 2000 exportamos US\$ 20 bilhões no agro, sendo que 70% destinavam-se aos países desenvolvidos. Hoje, quintuplicamos essas exportações, só que agora 30% dirigem-se para a China, 50% para a Ásia e 70% para países em desenvolvimento.

Apesar de termo-nos tornado referência mundial na produção de commodities tradicionais, ainda há muito a aprender com outros países. Por exemplo, é fantástica a experiência da China no uso de estufas flexíveis de produção de frutas, legumes e verduras, aliada a uma eficiente rede de distribuição. A China já exporta US\$ 24 bilhões por ano nesse segmento. Ao mesmo tempo, o país tem liderado notáveis avanços em infraestrutura agrícola, energia solar, drones, big data, *blockchains*, inteligência artificial e comércio eletrônico.

O agro é, de longe, o setor mais internacionalizado da economia brasileira. Mais de sete séculos depois, é hora de repaginar o caminho das especiarias de Marco Polo, agora da América do Sul para a Ásia, indo além do comércio de commodities. Precisamos de investimentos cruzados, troca de conhecimentos e inovações e grande intercâmbio de professores, pesquisadores e estudantes.

Os chineses costumam dizer que, “para atravessar um rio, é preciso sentir cada pedra”. A cooperação em pesquisa e inovação é uma das mais importantes.

2 - Alimentos e globalização no Império Britânico

Jornal "Folha de São Paulo", Caderno Mercado, 02/02/2019

Marcos Sawaya Jank (*)

Busca por comida criou império militar, comercial e gerador de migrações

O Brexit, processo que levou o Reino Unido a sair da União Europeia, transformou-se numa decisão caótica e autodestrutiva para os ingleses. O Reino Unido se isola sem saber para onde vai. Movimentos anti-integração e anti-imigração ganham força nos EUA e na Europa. Medidas protecionistas tendem a reduzir ou a "administrar" o comércio internacional, os órgãos e acordos multilaterais estão sendo repensados, surgem guerras comerciais, tecnológicas e, agora, perseguições pontuais a empresas estrangeiras. Em suma, o mundo parece querer frear o processo de globalização.

Mas a história é feita de ciclos que vão e vem, de forma pendular. Curiosamente a mesma nação que hoje não sabe o que fazer com o Brexit, conseguiu, há 200 anos, tomar medidas radicais que formataram o mundo moderno, produzindo o primeiro movimento de globalização em escala mundial.

Esse é o tema de "*The Hungry Empire: How Britain's Quest for Food Shaped the Modern World*" (O Império esfomeado: como a busca dos britânicos por alimentos formatou o mundo moderno), escrito pela professora Lizzie Collingham em 2017.

A obra defende a tese de que a força motriz do poderoso Império Britânico no século 19 foi a busca por comida, que se traduziu em um império militar, comercial e gerador de grandes migrações.

Na Revolução Industrial, a Grã-Bretanha tornou-se uma fervorosa defensora do livre-comércio, apoiada nas teses de Adam Smith e David Ricardo. De um lado, a abertura da importação de cereais e o cercamento das propriedades privadas (*enclosures*) forçou os camponeses a deixar o campo para trabalhar nas manufaturas. Do outro, os territórios britânicos se expandiram na África, na Índia e na Oceania, e a sua influência militar e econômica chegou à China e à América do Sul.

As estradas de ferro e os navios a vapor aumentaram exponencialmente o fluxo de pessoas e mercadorias. Canadá, Austrália, Nova Zelândia, Índia e Argentina são exemplos de países que passaram a exportar elevados volumes de cereais e/ou carnes para a Grã-Bretanha, criando o primeiro grande movimento de interdependência agroalimentar entre os cinco continentes, especializando países e remodelando os hábitos alimentares.

O livro defende que a migração maciça tinha essencialmente a ver com "colocar comida na mesa". Por volta de 1850, cerca de um quarto da população da Irlanda (2 milhões de pessoas) morreu ou migrou por causa da contaminação da batata por um fungo. Não é diferente do que ocorre hoje com migrantes de países destruídos por guerras e fome, só que agora em direção ao Velho Mundo.

A Grã-Bretanha montou um império marítimo que a permitiu exportar não só a população agrícola mas todo o setor agrícola, que foi produzir em outras partes do império e além dele. À época, mais que deter a posse de territórios, o termo "império" tinha a ver com domínio dos mares e do comércio.

O Brasil foi um dos primeiros países que se beneficiaram desse movimento de globalização do Reino Unido. O "decreto de abertura dos portos às nações amigas", assinado por d. João 6º, em 1808, libertou-nos de Portugal como comprador único de nossos produtos.

Infelizmente o protecionismo renasceu com força no período entreguerras do século 20. Na década de 1920 o Reino Unido restringiu seu comércio às nações do Commonwealth britânico, destruindo riqueza em países como a Argentina, que se tornara uma das 12 nações mais ricas do planeta exportando trigo e carne.

As bases da expansão do império britânico no século 19 e a freada brusca nos anos 1920 deveriam nos servir de lição um século depois, quando uma nova onda protecionista se faz presente no próprio Reino Unido e em outras geografias do planeta.

3 - Por uma abertura comercial inteligente

Jornal "Folha de São Paulo", Caderno Mercado, 16/02/2019

Marcos Sawaya Jank (*)

Ela precisa ser efetiva e progressiva, com contrapartidas externas e ajustes internos.

Há forte consenso na comunidade empresarial em relação à necessidade de enxugamento do Estado, reformas urgentes (Previdência, tributária) e maior integração do Brasil nas cadeias globais de valor. Mas, assim que Paulo Guedes anunciou cortes nos subsídios e abertura econômica, diversos grupos já se insurgiram contra ele com sonoros "OK, mas não no meu quintal".

Visões contraditórias em relação a liberalizar *versus* proteger surgem até mesmo em setores que ganharam produtividade e se internacionalizaram, a ponto de suplantar concorrentes que subsidiam a sua produção.

Tal é o caso do agronegócio, que, em 2018, exportou sete vezes mais (US\$ 102 bilhões) do que importou (US\$ 14 bilhões) e que teria muito mais a ganhar com abertura e integração do que com fechamento e proteção.

Por exemplo, nas proteínas animais o Brasil quer ampliar o acesso internacional das carnes de bovinos, aves e suínos, mas não abre mão de proteções sobre lácteos e alguns pescados. O setor sucroenergético quer reduzir o protecionismo global no açúcar, mas também proteger o etanol contra a concorrência dos EUA.

Queremos abrir o mercado mundial de milho, mas proteger o trigo nacional. Nas frutas, buscamos acesso para uvas, mangas e melão, mas protegemos peras, maçãs, bananas e coco. Até no café, no cacau e na borracha, produtos tropicais de tradição histórica, vemos pressões por proteção.

Sempre haverá justificativas para proteções e subsídios aqui e acolá. Não cabe aqui discuti-las, até porque essa é a prática dominante no país desde o império.

Mas estou convencido de que devemos aproveitar os novos ventos liberais propostos por Guedes para fazer reformas que ampliem a nossa inserção internacional, em vez de repetir a mesma toada protecionista que nos isolou do mundo. Ocupamos o 130º lugar mundial em "grau de abertura da economia" e o 109º lugar em "facilidade de fazer negócios". Restringimos a entrada de mercadorias (principalmente bens intermediários e de capital), serviços e pessoas. Não por acaso, desde 1980, quando se acelera a globalização, o Brasil cresce sistematicamente abaixo da média da economia mundial.

Deveríamos sinalizar claramente para o mundo que vamos iniciar um novo ciclo de abertura da economia brasileira (o último ocorreu nos anos 1990), que será marcado pela redução progressiva das tarifas aplicadas pelo país, porém mantendo os tetos tarifários consolidados na OMC.

Ato contínuo, iniciariamos negociações com nossos principais parceiros comerciais buscando contrapartidas e compensações em todas as áreas da política comercial: acesso a mercados no exterior, convergência regulatória, acordos preferenciais de comércio e investimentos, entre outros. Ao mesmo tempo, o governo apoiaria ajustes internos dos setores menos competitivos.

Um exemplo ilustrativo é o setor leiteiro, que na semana passada foi objeto de embate entre os ministérios da Economia e da Agricultura, terminando com a elevação da tarifa do leite em pó para 42,8%. Na minha opinião, em vez de fixar uma proteção perene contra importações, melhor seria paulatinamente substituí-la por políticas que, de fato, gerassem aumentos de produtividade e premiassem a qualidade do leite produzido, duas áreas em que estamos mal na fita. O que conta no desenvolvimento de um país não é o que se produz, mas como se produz.

Já passou da hora de avançarmos no "desmame" dos subsídios dirigidos e na abertura econômica. Para tanto, o caminho inteligente seria que essa transformação fosse acompanhada por contrapartidas recíprocas de nossos parceiros comerciais e ajustes nos setores menos competitivos, de forma progressiva, mas inexorável.

4 - A falsa batalha entre Guedes e Agricultura

Jornal "Folha de São Paulo", Caderno Mercado, 02/03/2019

Marcos Sawaya Jank (*)

Agricultura é aliada na agenda de abertura econômica, integração internacional e reformas domésticas.

Foi espantoso ler a reportagem do *Valor* (19/2) intitulada "Bancada ruralista opõe-se a agenda liberal de Paulo Guedes". Alguns dias antes, a revista *Veja* mostrava a fotografia dos ministros da Economia e da Agricultura com o título "O início da batalha".

As duas reportagens nos levam à falsa conclusão de que o setor mais internacionalizado e competitivo da economia brasileira estaria se revelando o mais apegado ao protecionismo tarifário e aos subsídios. Mas felizmente não é bem assim, e acredito que o problema em questão é mais de forma do que de direção.

Paulo Guedes acerta em cheio ao propor uma agenda liberal para o país, que prevê a abertura da economia e o desmame dos subsídios. Tratei desse tema na coluna anterior, sugerindo que o governo avance na abertura da economia de forma progressiva, mas inexorável, buscando compensações de nossos parceiros comerciais e propondo ajustes aos setores menos competitivos. Recebi muitas mensagens de lideranças do agronegócio dizendo que é esse o melhor caminho a ser seguido, e não o do protecionismo e do isolamento.

Foi assim que os países mais desenvolvidos do planeta agiram nos últimos 60 anos, alguns de forma unilateral, outros estimulados por acordos comerciais. E, no geral, os que abriram as suas economias conseguiram depois negociar acordos com outros países. Já os países que ainda se penduram no protecionismo tarifário, que não assinaram acordos e que não fizeram reformas domésticas são, não por acaso, os menos desenvolvidos.

Nos anos 1990, reduzimos as tarifas de forma unilateral e eliminamos intervenções absurdas como os controles de preços, comércio e estoques públicos na agricultura. A produtividade do setor explodiu, e conseguimos nos posicionar entre os maiores e mais eficientes exportadores do mundo.

Se bem executado, um novo ciclo de abertura poderia trazer grandes benefícios para a agricultura: maior acesso aos mercados no exterior, menores custos de insumos e máquinas agrícolas (ainda protegidos por altas tarifas), acordos de proteção de investimentos, convergência regulatória etc.

No caso da política agrícola brasileira, é bem verdade que nos posicionamos entre os países que menos subsidiam no mundo. Mas as pessoas sensatas sabem que o atual modelo de política agrícola se esgotou e que sua reforma é urgente e necessária.

Precisamos nos libertar da dependência do crédito rural subsidiado, de tabelamentos e subsídios de fretes, de assentamentos rurais desnecessários e da ideia anacrônica da taxar exportações. Em vez disso, precisamos de mecanismos modernos de seguro rural (mais efetivos que crédito rural), de

uma reforma profunda do modelo de defesa sanitária, de um sistema de patentes que permita um novo ciclo de inovações, de negociações para melhorar o acesso aos mercados e de um programa robusto de presença e comunicação no exterior.

O agro moderno é aliado, e não adversário, na agenda de Paulo Guedes em favor da abertura econômica, integração internacional e reformas domésticas. E Guedes precisa de aliados, principalmente no Congresso. Os mais óbvios são os setores exportadores do agro, que buscam aberturas recíprocas e regras estáveis. Mas mesmo os setores menos competitivos poderiam aceitar a mudança se contassem com políticas que promovessem especialização, produtividade e qualidade.

Partindo da premissa de que a abertura econômica vai acontecer, o que exige reformas domésticas, creio que é possível reunir governo, setor privado e especialistas para apontar caminhos e implementar as mudanças necessárias. A oportunidade é única, e o tempo voa.

5 - Impacto do Acordo EUA-China no agro brasileiro

Jornal "Folha de São Paulo", Caderno Mercado, 16/03/2019

Marcos S. Jank (*)

André Soares (**)

Brasil pode ser atingido em soja, milho, algodão, etanol e todas as carnes.

O encontro entre Jair Bolsonaro e Donald Trump no dia 19 se dará às vésperas da conclusão de um acordo histórico entre EUA e China que pode ser altamente disruptivo para o agronegócio mundial, afetando principalmente o Brasil.

O acordo pode representar o fim de uma era em que o comércio se expandia baseado essencialmente na competitividade dos países, sem grande esforço.

Ele traz novos elementos para a equação: pressionados por imenso déficit comercial de US\$ 420 bilhões, os EUA deram início a uma guerra mercantilista com a China impondo elevadas tarifas sobre US\$ 250 bilhões em importações. O gigante asiático retrucou impondo tarifas sobre US\$ 110 bilhões dos EUA, o que atingiu em cheio a soja americana. A disputa trouxe US\$ 8 bilhões adicionais às nossas exportações de soja para a China, levando os incautos a inclusive "comemorar" a guerra comercial.

Tudo indica que os EUA vão forçar a China a ampliar as suas compras de produtos agropecuários americanos em absurdos US\$ 30 bilhões anuais, que, na melhor das hipóteses, se somariam aos US\$ 14 bilhões que foram adquiridos em 2018. Previsões mais sombrias dizem que as importações chinesas vindas dos EUA poderiam ultrapassar US\$ 50 bilhões anuais, se somadas ao valor de 2017, que foi de US\$ 22 bilhões.

Acreditamos que as exportações mundiais de soja voltarão ao seu curso normal pré-2017, com os chineses se beneficiando plenamente da alternância das safras americana (EUA) e sul-americana (Brasil e Argentina), que ocorrem em diferentes momentos do ano. Essa complementariedade garante estabilidade de oferta e menor risco para a China.

Ocorre, porém, que, para chegar aos US\$ 30 bilhões adicionais, a China teria de oferecer acesso privilegiado aos EUA em outros produtos.

Dois casos com forte impacto sobre o Brasil são o milho e o algodão. O consumo de milho da China é gigante (280 milhões de toneladas), porém as suas importações têm sido muito reduzidas — apenas 3,5 milhões de toneladas em 2018. Os EUA pressionarão a China a importar muito mais milho, flexibilizando o seu regime restritivo de cotas de importação e facilitando o ingresso de milho transgênico.

Outros produtos americanos que seriam beneficiados pelo acordo são o etanol de milho, o DDG (subproduto da produção de etanol usado em alimentação animal) e as carnes. No caso do etanol, a importação viria da obrigatoriedade de mistura de 10% de etanol na gasolina da China (E10), que foi mandatada no passado, mas jamais cumprida.

Estimamos que, entre produtos e subprodutos de milho, etanol e algodão, a China poderia ampliar suas importações dos EUA em mais de US\$ 10 bilhões adicionais por ano.

Nas carnes, se a China retirar as restrições técnicas e sanitárias que foram impostas aos americanos nos últimos anos, certamente seremos prejudicados em todas as proteínas animais —aves, suínos e bovinos—, com destaque para as perdas de mercado em pés e coxas de frango.

A China certamente tem meios para atender à forte pressão dos EUA, ampliando o acesso de soja e de outros produtos agropecuários. Resta saber se isso será feito à luz das regras da OMC, se ela vai “forçar a barra” na flexibilização das barreiras técnicas e sanitárias e se usará a sua estrutura estatal (estoques estratégicos e empresas públicas) para operacionalizar o acordo.

Enfim, se esse acordo se concretizar, poderemos estar entrando numa era de “comércio administrado” caso a caso, sob a égide de interesses geopolíticos, que pode reduzir o nosso acesso à China, ao Brics e a outros mercados emergentes. Aí sim, estaríamos entregando a nossa alma.

() Marcos Sawaya Jank é especialista em questões globais do agronegócio. Escreve aos sábados, a cada duas semanas.*

*(**) André Soares é Senior Fellow do CEBRI (Centro Brasileiro de Relações Internacionais).*

6 - Bolsonaro entre EUA, OCDE e China

Jornal "Folha de São Paulo", Caderno Mercado, 30/03/2019

Marcos S. Jank (*)

Avançamos com os EUA; é hora de dar passos equivalentes na OCDE e na China.

A missão de Bolsonaro aos Estados Unidos representou uma quebra de paradigmas após décadas de desconfiança mútua ou distanciamento explícito entre as duas maiores economias das Américas.

Além do Acordo de Salvaguarda Tecnológica, que vai repaginar o centro de Alcântara (MA), foram lançadas iniciativas relevantes de cooperação em temas como inovação, energia e segurança, além da retomada do Fórum de CEOs.

O grande destaque da área econômica foi o apoio dos EUA ao nosso pleito de ingresso na OCDE, a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico. Fundada em 1961, a OCDE conta hoje com 36 membros e uma fila de 8 países lutando pelo título de acesso ao chamado "clubes dos ricos".

Ocorre que, para entrar na OCDE, o Brasil teria de convergir para um "patrimônio normativo" (chamado de "acquis") de 250 instrumentos entre decisões, recomendações e declarações. Acredita-se que não teremos maiores dificuldades para cumprir com 90% dos instrumentos solicitados.

Participar da OCDE seria um "divisor de águas" para o Brasil. Vale citar pelo menos três benefícios:

- a) influência na administração da entidade e na elaboração de normas e padrões que tendem a se tornar referência global;
- b) comparação internacional de dados, legislações, políticas e resultados que permitiriam ao Brasil se alinhar com as melhores práticas internacionais em áreas que vão de economia a segurança, saúde e ambiente;
- c) reconhecimento internacional como país favorável aos negócios, ganhando credibilidade e contribuindo para a recuperação do grau de investimento, que perdemos em 2015.

No agronegócio, criticou-se que as concessões feitas estariam desbalanceadas a favor dos EUA. Na realidade, todos os assuntos tratados na visita constituem velhos conflitos bilaterais, sendo que os avanços em acesso a mercados dependem de pequenas barganhas (trigo x carne bovina, açúcar x etanol etc.). A verdade é que os EUA são "concorrentes", e não "clientes" do Brasil.

A verdadeira cooperação no agro seria construir uma visão e uma agenda de longo prazo entre os EUA (1º exportador mundial) e o Brasil (3º exportador) em temas globais como segurança alimentar, acesso a mercados, inovação, biotecnologia, bioenergia e outros. Essa visão poderia, inclusive, ser compartilhada com outros grandes exportadores agrícolas (Canadá, Austrália, Tailândia e Argentina), que comungam da mesma agenda e preocupações.

Porém, infelizmente, o ambiente internacional de hoje dificulta a cooperação com os americanos, que estão para assinar um acordo grande envergadura com a China que pode inaugurar uma nova era de "comércio administrado" por interesses unilaterais e geopolíticos. Esse acordo poderá afetar o nosso acesso à China em pelo menos cinco cadeias agroindustriais.

A ministra da Agricultura, Tereza Cristina, tem demonstrado grande lucidez, pragmatismo e habilidade para navegar nos mares revoltos que marcam o início do novo governo. Ela irá à China em maio, precedendo uma visita que Bolsonaro fará ao país ainda neste ano.

Há três assuntos cruciais a serem tratados:

- garantir que o acordo EUA-China não cause prejuízos para as exportações brasileiras;
- oferecer solidariedade e apoio do Brasil num momento que a China enfrenta uma gravíssima epidemia de peste suína africana, que pode derrubar a produção local em até 30%, gerando aumentos de preços e a necessidade de importações de diferentes carnes;
- discutir as oportunidades da "Belt and Road Initiative" (BRI), que nasceu em cima do traçado da antiga rota da seda, que uniu China e Europa por mar e terra, mas pode se estender à América do Sul com grandes investimentos em infraestrutura de transportes e portos.

Demos um passo importante na consolidação da parceria estratégica com os EUA. Agora é hora de dar passos paralelos e equivalentes na direção da OCDE e da China.

7 - A epidemia chinesa de peste suína e o Brasil

Jornal "Folha de São Paulo", Caderno Mercado, 13/04/2019

Marcos S. Jank (*)

Essa terrível crise vai gerar oportunidades de comércio e cooperação para o Brasil.

Família e fortuna são valores fundamentais da cultura chinesa. Na história milenar do país, um dos símbolos desses valores é o porco. O ideograma chinês para a palavra "lar" é um suíno embaixo de um teto, simbolizando que família, prosperidade e suínos vivem juntos, simbioticamente.

Estamos no ano zodiacal do porco na China. O país responde por metade da produção mundial de carne suína, ao consumir incríveis 54 milhões de toneladas.

Porém, desde agosto a China enfrenta uma terrível epidemia de peste suína africana, que já dizimou 17% do seu plantel de quase 700 milhões de cabeças, chegando a 20% no abate de matrizes. A epidemia avança no Vietnã e começa a chegar a outros países do sudeste da Ásia.

Trata-se da doença suína mais temida no planeta, cuja contaminação se espalha rapidamente por meio do trânsito de animais vivos (incluindo porcos selvagens), pessoas, carnes, rações e subprodutos da indústria. Não há risco para seres humanos, mas o vírus é letal e incurável no rebanho suíno.

Estima-se que a oferta doméstica chinesa deva cair cerca de 8,5 milhões de toneladas em 2019 (15% da produção), o equivalente ao volume total de exportações do mundo nesse momento e a mais do que o dobro da produção total brasileira. No relatório alarmista que o Rabobank divulgou essa semana, a produção chinesa pode cair de 25% a 35% até 2020.

Certamente veremos uma alta importante dos preços chineses no segundo semestre e em 2020, não apenas na carne suína mas também em aves, bovinos e pescados.

Essa alta só não aconteceu ainda porque os produtores estão abatendo seus rebanhos, com medo de serem atingidos pela doença. E também porque as empresas estatais chinesas saíram “varrendo” a América do Sul, a Oceania e a Europa para formar estoques estratégicos e evitar o desabastecimento.

A crise atingiu principalmente o rebanho suíno de “fundo de quintal” das pequenas propriedades (20% do total), segmento que tende a desaparecer em razão dos recorrentes problemas de controle sanitário e, agora, da falta de crédito que impedirá que pequenas e médias renovem o seu plantel. Mas ela já atinge também as grandes propriedades verticalizadas, que respondem por 60% da oferta chinesa.

África e Rússia também foram vítimas da peste suína na última década. A situação no Leste Europeu e na Bélgica é dramática. Portanto, a solução para a crise chinesa nas três proteínas está nas Américas, principalmente nos EUA e no Mercosul.

O Brasil é o país com maior potencial de expansão sustentável da oferta, graças aos seus excedentes de soja e milho. Para tanto, é preciso entender o contexto como um todo e jogar direito nesse tabuleiro. Precisamos mapear e acompanhar o que está acontecendo no campo chinês, conversar com os envolvidos e analisar os impactos da crise na oferta, demanda e preços de principais commodities envolvidas na equação —soja, milho, rações, suínos, aves, bovinos, pescados, etc.

É hora de fortalecer a parceria Brasil-China nas áreas técnica e comercial, apoiando nosso maior cliente e investidor neste momento difícil.

Além disso, é imprescindível reforçar os controles de fronteira, de forma a impedir a entrada desse terrível vírus no Brasil.

O Brasil vinha perdendo mercado em todas as carnes nos últimos anos e ainda corria o risco de ser impactado pelo acordo EUA-China, que sairá nas próximas semanas. Mas de repente essa crise pode virar o jogo em nosso favor, a exemplo do que aconteceu há alguns anos com a epidemia de gripe aviária, que poupou o Brasil.

Um momento crucial dessa partida será jogado em maio, quando a ministra Tereza Cristina e o vice-presidente Hamilton Mourão estarão em Pequim.

8 - Impacto e lições da epidemia de peste suína na China

Jornal “Folha de São Paulo”, Caderno Mercado, 11/05/2019

Marcos S. Jank (*)

Rodrigo C. A. Lima (**)

No longo prazo, o Brasil tende a ganhar, mas é preciso mais estratégia e coordenação.

A China, país que produz e consome mais da metade da carne suína mundial, vem sendo devastada por uma grave epidemia de peste suína africana. A situação é calamitosa:

1. Estima-se perda de 134 milhões de cabeças —sobre um total de 684 milhões—, gerando uma queda da ordem de 20% na produção de carne suína, que pode chegar a 35% se o pior cenário desenhado pelo Rabobank se concretizar. O problema se agrava com o grande trânsito de animais dentro da China e com o Sudeste Asiático, além do fato de um quinto da produção doméstica vir da pequena produção de “fundo de quintal”, com alta exposição ao vírus e controle sanitário precário.
2. Para o Brasil, o principal impacto negativo da peste suína se dará sobre as exportações de soja, produto que lidera a pauta exportadora brasileira e componente essencial da ração de suínos e aves em propriedades tecnificadas. Estima-se uma queda de 5 milhões a 10 milhões de toneladas no nosso volume previsto de exportações para a China em 2019/20 (cerca de 10% da previsão inicial), um cenário que pode se agravar no ano que vem, ainda que terceiros países (Europa, principalmente) terão de comprar mais do Brasil para poder ampliar as suas exportações de carnes para a China.
3. Vencida a crise, no longo prazo teremos ganhos importantes com a inevitável mudança do modelo de produção de carnes da China: maior controle sanitário, escala e profissionalização dos produtores com melhoria da genética, manejo e nutrição dos animais, o que favorecerá um maior consumo de farelo de soja.
4. Há também a possibilidade de a China se abrir mais para a importação de carnes, que hoje respondem por menos de 5% do seu consumo. Mas esse segmento não crescerá de forma automática, como alguns querem crer. Ocorre que, ao contrário de commodities agrícolas como soja, algodão e celulose —para as quais o mercado encontra-se totalmente aberto para Brasil—, nas proteínas animais o acesso se dá por meio de um processo moroso e pouco transparente de habilitação de plantas industriais, caso a caso. Apenas 62 unidades brasileiras estão hoje autorizadas a exportar para a China, um número extremamente reduzido, sendo que só três estão autorizadas a exportar carne suína. No curto prazo, quem realmente ganhará mercado são frango e carne bovina, substitutos do suíno.
5. Atualmente, a China consome 84 kg de carnes por habitante/ano. A atual exportação de carnes do Brasil para China e Hong Kong equivale ao volume de 1 kg per capita/ano na China (1,4 milhão de toneladas). Ou seja, com só mais 1 kg/hab/ano, já estaríamos dobrando a exportação.
6. Uma última questão relevante é status sanitário brasileiro. Até aqui o Brasil escapou ileso das duas principais epidemias do mundo atual: gripe aviária e peste suína. Além da necessidade de reforçar

todos os controles de defesa sanitária do país, o Brasil deveria pleitear a ampla aceitação de dois instrumentos fundamentais para garantir o acesso aos mercados, mesmo que parcial.

O primeiro é a “regionalização sanitária”, que comporta, por exemplo, o nosso status de área livre de febre aftosa com vacinação. O segundo é a “compartimentalização sanitária”, que é o reconhecimento de sistemas integrados livres de doenças graças à adoção de práticas mais elevadas de biossegurança e rastreabilidade. O Brasil já possui “compartimentos” em que o controle da gripe aviária é extremamente elevado, que hoje servem de exemplo para o mundo.

Todos os pontos aqui apresentados estão ligados a “lições de casa” que precisam ser feitas neste momento: visão estratégica, melhor coordenação do setor privado, medidas suplementares de defesa sanitária e negociação qualificada com nossos parceiros no exterior.

() Marcos Sawaya Jank é especialista em questões globais do agronegócio. Escreve aos sábados, a cada duas semanas.*

*(**) Rodrigo C. A. Lima, sócio-diretor da Agroicone e especialista em temas sanitários no comércio (rodrigo@agroicone.com.br).*

9 - Despedida e reencontros

Jornal “Folha de São Paulo”, Caderno Mercado, 25/05/2019
Marcos Sawaya Jank(*)

Chegou a hora de voltar ao Brasil e retribuir parte do que aprendi para as novas gerações.

A vida me deu o privilégio de morar quatro anos na Ásia, a região mais dinâmica e populosa do planeta. Um caleidoscópio de civilizações milenares, países descolonizados há menos de 80 anos e cidades-nação muito ricas. A palavra-chave, que sintetiza o continente, é multiplicidade – étnica, religiosa, linguística, cultural, social, política e econômica.

Uma região que incorporou com sucesso as grandes conquistas do Ocidente: direitos de propriedade, cumprimento de leis, competição, educação, medicina, segurança. Uma área hiperpopulosa com crescente deficiência de recursos naturais. Um continente com graves disputas fronteiriças e étnicas, mas onde as ruas são muito mais seguras do que na América Latina, pois a punição aos transgressores é cultural e efetiva.

Sabe-se pouco no Brasil sobre a história e a geografia da Ásia. Nascemos em um mundo dominado pela cultura e pelos valores ocidentais. Mas nossos filhos e netos crescerão num mundo onde a Ásia volta a ocupar uma posição central, ao recuperar 20 pontos percentuais do PIB mundial desde 1990, perdidos para o Ocidente a partir do século 19.

O maior indício da retomada do mundo asiocêntrico é a eclosão da primeira guerra hegemônica do século 21, em que os Estados Unidos questionam as bases do novo poder comercial e tecnológico

da China. Mas, além da China, já podemos ver o crescimento acelerado das pujantes nações do Sul e do Sudeste Asiático, além do Oriente Médio.

Aos que querem sair do Brasil por algum tempo, recomendo fortemente que pensem seriamente na Ásia como destino e no mandarim como segunda língua após o inglês, apesar do grande desafio que é aprendê-lo. Já tivemos os séculos do Mediterrâneo e do Atlântico. Agora estamos no século do Índico e do Pacífico, que cercam os lugares do mundo onde o desenvolvimento ocorre a olhos vistos, de forma impressionantemente acelerada.

Para quem pensa em viver na Ásia, recomendo especialmente Singapura, uma “joia rara” que oferece organização, segurança, beleza (*“the city in a Garden”*), infraestrutura, tecnologia e eficiência público-privada. Trata-se da cidade que hoje abriga a mais rica confluência de diferentes povos do Ocidente e do Oriente (*“the Ocean in a drop”*).

Em quatro anos, escrevi cerca de uma centena de colunas para a Folha sobre essa região e o Brasil. Nesses textos, enfatizei principalmente as oportunidades e os desafios do agronegócio, o setor mais internacionalizado da nossa economia e com crescente dependência pela Ásia e China. Trata-se de um casamento inevitável, sem opção de divórcio, cujas bases ainda estão atrapalhadas por dificuldades de distância, cultura, comunicação e modos de se relacionar e fazer negócios.

Mas chegou a minha hora de voltar ao Brasil e restituir uma parte do que aprendi para as novas gerações. No total, foram dez anos entre Europa, Estados Unidos e Ásia, sempre trabalhando com temas internacionais do agronegócio.

Assumi neste mês a posição de professor sênior de agronegócio global no Insper, com planos para apoiar a criação de um centro de estudos estratégicos e capacitação sobre esse tema nessa jovem e dinâmica instituição. Assumi também o ciclo 2019 da Cátedra Luiz de Queiroz em sistemas agropecuários integrados da Esalq-USP.

Despeço-me hoje desta coluna na Folha. Agradeço ao jornal por abrir essa janela de opinião e debate a partir do exterior, como parte da louvável política de manter um grupo diverso e competente de articulistas que sempre escreveram com total liberdade e estímulo.

Agradeço também à atenção e aos inúmeros retornos que recebi dos meus leitores. Certamente continuarei escrevendo artigos ocasionais para a Folha e outros veículos.

(*) Marcos Sawaya Jank é professor sênior de agronegócio global do Insper e titular da Cátedra Luiz de Queiroz da Esalq-USP em 2019.

10 - Os desafios globais do agronegócio

Jornal “Valor Econômico”, Opinião, 13/09/2019

Marcos S. Jank (*)

Temas relacionados com saúde, sanidade, sustentabilidade e geopolítica vão dominar a demanda global por alimentos.

Crescimento da produtividade, tecnologias tropicais, competição em escala global, produtores motivados e migração interna explicam o indiscutível êxito do agronegócio brasileiro. Sem grandes esforços ou apoio de acordos internacionais de relevância para o setor, em menos de 20 anos quintuplicamos as nossas exportações nesse setor, atingindo US\$ 102 bilhões para mais de 200 países.

Mas a moleza acabou. No passado, importadores vinham buscar nossas commodities nos portos brasileiros porque oferecíamos volumes crescentes a preços competitivos. Mas os próximos 20 anos não serão tão fáceis. A guerra hegemônica EUA-China vai ser longa e penosa para o mundo, podendo ajudar ou prejudicar o Brasil em função dos dois elefantes estarem brigando ou dançando.

Nesses tempos turbulentos, tudo indica que a demanda será dirigida pela geopolítica do “comércio administrado”, e não pelas vantagens comparativas à la David Ricardo. Ocorre que a demanda potencial do mundo é praticamente infinita, mas apenas uma pequena parte dela é acessível para as nossas exportações por conta de inúmeras barreiras tarifárias e não-tarifárias - técnicas, sanitárias, burocráticas, etc.

Em um momento que a geopolítica retorna com vigor, nosso primeiro desafio será construir demandas consistentes para nossos produtos. Temos de mapear nossos interesses de curto e longo prazo nas principais macrorregiões do mundo emergente. O holofote de hoje está no Leste e Sudeste da Ásia e no Oriente Médio, regiões que somam 2,6 bilhões de habitantes e 54% das exportações brasileiras no agro. Porém o nosso futuro está depositado no Sul da Ásia (leia-se o subcontinente indiano) e na África - na soma, 3 bilhões de habitantes em rápido crescimento demográfico, mas que hoje respondem por apenas 12% das nossas exportações.

Temos de aprender a lidar com a China, esse nosso casamento inevitável de longo prazo, que demanda um relacionamento estratégico e equilibrado que gere maior diversificação e valor adicionado no comércio. Os chineses já respondem por um terço das nossas exportações do agro, porém altamente concentradas na soja em grãos.

Ao mesmo tempo, com prudência e equidistância, temos de intensificar e dar um novo rumo para as relações com os Estados Unidos, perdidas após duas décadas de desconfianças mútuas. No agro, os EUA são nosso maior concorrente, mas também um dos importadores mais promissores e sofisticados do planeta (mais de US\$ 180 bilhões em importações agro, crescendo cerca de 7% ao ano), ao lado da China (US\$ 178 bilhões em importações, crescendo cerca de 12% ao ano) e da União Europeia, com crescimento de 4% ao ano. Mas para os EUA exportamos apenas US\$ 7 bilhões no

agronegócio, quatro vezes menos que a nossa exportação de soja em grão para a China. Há muito por fazer!

Finalmente temos de avançar com o projeto de abertura comercial brasileira, ao mesmo tempo que retomamos as negociações comerciais que ampliariam, mesmo que tardiamente, a nossa integração das cadeias de valor do planeta.

Nosso segundo grande desafio global decorre das ações e repercussões das nossas políticas em três grandes áreas do agro: Saúde, Sanidade e Sustentabilidade, que chamaremos de 3S. Os maiores problemas de saúde e nutrição são a combinação perversa da falta de alimentos (820 milhões passam fome no mundo) com a má nutrição - 2,1 bilhões de pessoas com obesidade e doenças crônicas. Na sanidade vemos a eclosão de graves doenças e o desafio da eficiência do sistema sanitário. Na sustentabilidade os temas mais importantes para o Brasil são uso da terra e de insumos, desmatamento, clima e biodiversidade.

Nas últimas semanas o mundo inteiro comenta as queimadas que estão ocorrendo na região amazônica. Queimadas ilegais nessa época seca do ano não são fato novo e decorrem basicamente de pobreza e da ilegalidade, numa região que abriga imensas florestas e 20 milhões de habitantes com baixa renda e pouco controle. Mas a percepção de quem lê o mundo por meio de redes sociais é que o Brasil perdeu o controle e o maior culpado seria a agricultura moderna, o que é falso. Décadas de esforço de redução de desmatamento, ganhos de produtividade e a vigência de uma das leis florestais mais rigorosas do mundo não impediram a rápida destruição de imagem que está ocorrendo neste momento, com riscos de afetar o comércio e as negociações internacionais do agro.

Ao mesmo tempo, o açúcar é atacado pelos seus danos potenciais à saúde, gerando uma discussão em escala global que propõe de rotulagens a taxações explícitas. A pecuária bovina é apontada entre as principais causadoras das mudanças climáticas, em função do uso da terra e da eructação dos ruminantes. Doenças como gripe aviária e peste suína africana afetaram vastas regiões do hemisfério oriental e da América do Norte, provocando queda de consumo. Críticas ao uso de defensivos, antibióticos e transgênicos tornaram-se lugar-comum nos países mais ricos.

Não cabe neste texto discutir o quanto de verdade, inverdade ou exagero existe em cada exemplo acima. Num mundo digital e profundamente interconectado, o país que ocupa a terceira posição entre os maiores exportadores agrícolas do planeta precisa gerenciar as percepções que se formam sobre a sua pauta exportadora, sejam elas verdadeiras ou não.

No tema da geopolítica dos alimentos é fundamental construir visões estratégicas de longo prazo com base em estudos detalhados e montar uma estrutura de negociação em cada frente relevante.

Quanto à percepção sobre os 3S (Saúde, Sanidade e Sustentabilidade) é necessário contar com bons dados, presença qualificada e uma sólida estratégia de representação e diálogo no exterior.

Esses foram os principais fatores que motivaram a criação do **Insper Agro Global**, um centro que analisará temas complexos da agenda internacional do agronegócio desenvolvendo estudos estratégicos, debates qualificados, apoio no desenho de políticas e formação de pessoas.

Alguns dizem que o Brasil é o melhor produtor do planeta. Outros dizem que é o mais injustiçado, porque fez muito e pouca gente acredita. Certamente somos mais temidos do que admirados. Mas reputação não é o que achamos de nós mesmos, mas sim o que nossos parceiros e interlocutores pensam da gente, mesmo que altamente influenciados por mídias sociais.

Comparando com outros grandes exportadores, nossa maior falha não está nas políticas e ações de campo, mas sim na nossa incapacidade de se fazer presente no exterior, ouvindo, entendendo e dialogando com nossos clientes e consumidores nas diferentes regiões que atuamos.

O ponto de partida é uma melhor capacidade de coordenação do governo, setor privado, pesquisa e sociedade civil no Brasil. Se antes falávamos em oferta e produtividade, hoje é preciso pensar em demanda dirigida pela geopolítica e pelas múltiplas percepções dos nossos clientes, sejam elas verdadeiras ou não.

() Marcos Sawaya Jank é professor sênior de Agronegócio Global do Insper e titular da Cátedra Luiz de Queiroz da Esalq-USP.*

11 - Agronegócio - crescimento, geopolítica e fortes emoções

Jornal “O Estado de S. Paulo”, Opinião, 21/12/2019.

Marcos S. Jank (*)

Nossas perspectivas são extraordinárias, apesar do endosso dos EUA e China ao “comércio administrado” no agronegócio.

A vida dos leitores de bola de cristal está cada vez mais complicada. No caso do agronegócio, a confluência de uma guerra comercial entre os Estados Unidos e a China, uma terrível epidemia de peste suína africana na Ásia, a retomada de pesadas taxações sobre as exportações no novo governo argentino e, fechando o ano, o anúncio de um mega-acordo EUA-China jogaram por terra as profecias e os cenários dos oráculos dos últimos três anos.

Definitivamente, entramos numa nova “era das incertezas”, marcada por volatilidades, rupturas e o retorno brutal da geopolítica no comércio mundial.

Assim que assumiu, em 2017, Donald Trump decidiu taxar a entrada de produtos chineses nos EUA e a China retaliou fazendo o mesmo contra a entrada de produtos americanos. Por isso o Brasil foi beneficiado com importações crescentes da China no agronegócio, que favoreceram principalmente nossa soja.

De 2016 a 2018 as exportações agrícolas do Brasil para a China saltaram de US\$ 21 bilhões para US\$ 35 bilhões, enquanto as dos americanos caíram de US\$ 25 bilhões para só US\$ 13 bilhões. O Brasil tornou-se o maior produtor e exportador de soja do mundo e a China adquire 80% da nossa exportação.

Em meados de 2018 uma epidemia de peste suína atingiu a China e vários países do Sudeste Asiático. Os produtores venderam seus animais no mercado antes de serem obrigados a enterrá-los, incluindo suas matrizes. A China responde por metade da produção mundial de suínos.

O volume perdido de suínos na China é maior que todo o mercado mundial de carne porcina. Isso fez a China reduzir em 12% (11 milhões de toneladas) suas importações de soja, usada basicamente para produzir rações de aves e suínos. Perdemos na soja, mas estamos exportando mais carnes bovinas, suínas e de aves para o gigante asiático. Os produtores brasileiros de carne comemoram, mas os consumidores reclamam dos preços mais altos no mercado interno. A China levará pelo menos três anos para se recuperar do desastre da peste suína.

A boa notícia é que vai haver uma mudança forçada no modelo de produção de suínos na China, substituindo a criação de fundo de quintal por granjas modernas e controladas, onde os animais são menos susceptíveis a doenças. Como a produção comercial em granjas consome mais ração – leia-se muito mais soja e milho –, no longo prazo isso beneficia o Brasil e outros fornecedores.

O último capítulo dessa série de surpresas deu-se na semana passada, com o intempestivo anúncio de Trump de que os EUA e a China teriam fechado a primeira fase de um acordo histórico que pretende acabar com a guerra comercial. Segundo o que foi divulgado, as exportações agro dos EUA para a China saltariam de US\$ 14 bilhões para US\$ 56 bilhões em apenas dois anos, um aumento enorme. É pouco provável que essa meta seja cumprida, até porque os agricultores americanos acabam de perder quase 50 milhões de toneladas de grãos numa safra marcada por problemas sucessivos de excesso de chuva e frio. O tal acordo agrícola parece ser apenas Trump jogando para a plateia interna em ano pré-eleitoral, no caso, os agricultores do Meio-Oeste americano.

Mas se o acordo se concretizar em algum momento, o montante ali previsto certamente impactará negativamente as nossas exportações de soja, algodão e carnes para a China. Os EUA são, de longe, nosso maior concorrente no mercado mundial.

Por isso se torna fundamental verificar se esse acordo propõe apenas a volta da normalidade competitiva, dentro das regras do mercado, ou se serão criados mecanismos “privilegiados” de comércio entre China e EUA, como, por exemplo, compras dirigidas realizadas por tradings estatais chinesas. É preciso analisar também se o acordo será compatível com as regras da Organização Mundial do Comércio (OMC), recentemente debilitada pela recusa dos EUA de nomear juízes para o seu Órgão de Apelação.

Em resumo, entramos numa era sombria dominada pela geopolítica e pelo “comércio administrado”, com o endosso das duas maiores economias do planeta. Mas ainda assim acredito que nossas perspectivas continuam sendo extraordinárias no agro. Se a China substituir as compras

do Brasil em favor dos EUA, isso fatalmente nos abrirá espaço em outros mercados importantes do Sul e Sudeste da Ásia e do Oriente Médio, por conta do aumento de renda da pujante classe média asiática. Isso sem contar o potencial de longo prazo da África e da Índia, com o seu imenso crescimento populacional.

Minha tese é que ninguém segura o Brasil nas commodities que não dependem tanto de políticas governamentais (aqui e no exterior), como soja, milho, algodão e celulose, em que a oferta e a demanda se ajustam mais facilmente via mercado.

O maior exemplo desse ajuste é a incrível expansão da oferta de milho e algodão na segunda safra, plantada logo após a soja no mesmo ano agrícola, que já cobre 14 milhões de hectares no País. Ela nos levou ao segundo lugar nas exportações dessas duas commodities em 2019, assustando os EUA, país que ocupa a primeira posição no ranking mundial.

Em 2019 o milho vai superar a secular indústria de cana-de-açúcar no ranking dos principais produtos exportados pelo Brasil. E o algodão vem um pouco mais atrás, voando baixo. Isso sem contar a turbinada que virá com os investimentos que estão sendo feitos na logística de transporte do País e o grande potencial da integração lavoura-pecuária que ainda temos.

Por outro lado, produtos como açúcar, etanol e carnes demandam esforços consistentes de acesso aos mercados e políticas públicas específicas aqui dentro para conseguirem crescer no exterior.

Em suma, no agronegócio vivemos tempos de grande potencial de crescimento da demanda mundial e de expansão sustentável da oferta no País. Mas são tempos turbulentos e imprevisíveis, marcados por crises frequentes, instabilidades geopolíticas e guerra comercial. E tempos turbulentos exigem estratégia, organização e liderança.

() Marcos Sawaya Jank é professor sênior de Agronegócio Global do Insper e titular da Cátedra Luiz de Queiroz da Esalq-USP.*

12 - Acordo EUA-China – impacto e inconsistências legais

Jornal “O Estado de S. Paulo”, Opinião, 31/01/2020.

Marcos S. Jank (*)

Renata Amaral (**)

Fragil, incompleto, ele pode implodir a qualquer momento e causar estrago global.

O mundo está instável e perigoso. Epidemias, migrações descontroladas, conflitos étnicos e religiosos, protestos de rua, terrorismo e nacionalismos exacerbados são fatos diários neste período turbulento que vivemos.

Nos últimos seis meses vimos a China ser abatida por uma epidemia de peste suína africana, que dizimou a produção doméstica da proteína preferida da culinária chinesa. Na sequência, a guerra

comercial com os Estados Unidos parece estar se transformando num grande acordo que pode impactar o acesso dos demais competidores. A epidemia de coronavírus, nas últimas semanas, pode afetar o crescimento e o comércio chineses.

Durante mais de 70 anos os Estados Unidos lideraram um louvável esforço para criar regras multilaterais de comércio no sistema Gatt-OMC. A China aderiu ao sistema em 2001, beneficiando-se fortemente da corrente de abertura comercial e globalização que foi criada. É nesse contexto que temos de analisar o impacto da primeira fase do acordo econômico e comercial entre EUA e China, assinado em 15 de janeiro.

O endosso das duas maiores economias do planeta a um acordo explícito de facilitação de comércio em favor dos EUA (na linha “America first”) pode representar um golpe profundo na Organização Mundial do Comércio (OMC), além de causar mudanças importantes na geopolítica do comércio global.

Acordos comerciais típicos normalmente tratam de liberalização do comércio entre dois ou mais países. Diferentemente, este acordo comercial é uma versão extrema de uma nova e perigosa forma de “comércio administrado”, com a China concordando em comprar um adicional US\$ 200 bilhões em bens e serviços dos EUA “com base nas condições do mercado”, segundo o texto do acordo. Isso quase dobraria as exportações dos EUA para a China em 2021, em relação ao ano-base de 2017.

Duas questões fundamentais emergem desse contexto: 1) pode a China forçar suas empresas domésticas a comprarem esse imenso volume dos EUA, em detrimento de outros parceiros comerciais? 2) Essa nova prática de “comércio administrado” é consistente com as regras multilaterais da OMC?

O capítulo do acordo que trata de agricultura impõe à China uma série de obrigações para conceder melhores condições de acesso a mercado para as importações dos EUA de grãos, lácteos, aves, carne bovina e suína, carne processada e arroz, entre outros. Chama a atenção a criação de uma espécie de fast track regulatório para os EUA em questões sanitárias, administração de cotas de importação e trocas de informação para o comércio de produtos de biotecnologia agrícola entre os países (variedades transgênicas de soja, por exemplo).

Dependendo das mercadorias envolvidas, as obrigações da China variam entre a remoção de certas restrições de importação, o relaxamento de alguns requisitos substantivos e procedimentais na inspeção sanitária, a concordância com padrões de produtos e requisitos de rotulagem e o acesso facilitado a importações originárias de plantas fabris norte-americanas qualificadas.

A menos que a China estenda esses compromissos a outros membros da OMC, a implementação desse acordo com os EUA soa fortemente discriminatória. A chamada cláusula da “nação mais favorecida” estabelece que os membros da Organização devem estender os mesmos benefícios e conceder tratamento não discriminatório a todos os demais membros (artigo I.1. do Acordo Geral de Tarifas e Comércio – Gatt 1994).

No mesmo tom, o artigo 2.3 do acordo SPS da OMC estabelece que medidas sanitárias não podem ser fonte de discriminações arbitrárias e injustificadas entre os membros. O que vale para um vale para todos, salvo no caso da existência de acordos preferenciais de comércio, o que não é o caso entre EUA e China.

Outro capítulo que chama a atenção nesse acordo é o que trata de “expansão de comércio” por meio de compromissos não recíprocos de importação. Na agricultura, as importações da China oriundas dos EUA teriam de saltar de US\$ 16 bilhões no ano passado para US\$ 36,5 bilhões este ano e US\$ 44,5 bilhões em 2021.

Administrar quantitativamente o comércio é um erro crasso, que vai desviar comércio, em vez de aumentá-lo. O mecanismo para isso permanece secreto, mas se aplicado de forma discriminatória a outros países – por meio de cotas, por exemplo – estaria potencialmente violando os artigos XI e XIII do Gatt.

O acordo entre Pequim e Washington marca o nascimento de uma nova era nas relações comerciais internacionais, mas faz um desserviço ao sistema multilateral de comércio, já abalado pelo bloqueio dos EUA à nomeação de juízes para o Órgão de Apelação da OMC – que por isso deixou de funcionar em dezembro último.

Em que pese a trégua temporária entre as duas potências, em vez de aprimorar regras comerciais globais e horizontais, caminhamos a passos largos na direção do comércio bipolar e administrado, que certamente ajudará a reeleger Donald Trump no final deste ano. Mas o pior é que, sem segurança jurídica, incompleto e com pouca previsibilidade, o acordo EUA-China é frágil, inconsistente e pode implodir a qualquer momento, causando grande estrago no cenário global.

() Marcos Sawaya Jank é professor de agronegócio global do Insper e titular da Cátedra Luiz de Queiroz da Esalq-USP.*

*(**) Renata Vargas Amaral é doutora em direito do comércio internacional e professora adjunta da American University, em Washington, DC.*

13 - O diálogo necessário entre agricultura e meio ambiente

Jornal “O Estado de S. Paulo”, Opinião, 28/02/2020.

Marcos S. Jank (*)

Em vez do ‘nós contra eles’, é preciso compatibilizar as agendas globais do clima e da alimentação.

Os dois setores da economia brasileira com maior visibilidade global são a agricultura e o meio ambiente.

O protagonismo da agricultura brasileira se dá no comércio global de commodities agropecuárias. Nossa oferta agrícola é concentrada em produtos (cerca de uma dezena), mas diversificada em

destinos, atingindo mais de 200 países e cumprindo papel crucial na segurança alimentar do planeta. Porém, fora do universo da oferta agrícola, pouca gente conhece o agro brasileiro e, no geral, o vê com desconfiança.

Já o meio ambiente brasileiro tem ampla visibilidade no mundo, principalmente por conta das preocupações com biomas sensíveis como a Amazônia e o Pantanal. Aqui o Brasil é reconhecido como potência ambiental, mas atacado pela elevada quantidade de queimadas e desmatamentos – e seu impacto na mudança do clima –, além de invasões de terras indígenas e devolutas, do crescimento de monoculturas como soja e outros supostos males.

Enquanto a opinião global sobre o agro brasileiro é restrita e localizada, no caso do meio ambiente ela é ampla e generalizada. Sabemos que boa parte das críticas negativas tem mais que ver com “percepções” do que com “fatos”, a exemplo do cenário apocalíptico que foi disseminado após as queimadas do ano passado. Mas é fato que o assunto tomou conta da opinião pública internacional e hoje está solidamente presente nos organismos multilaterais, no discurso de governos e no *currículo* das escolas de ensino fundamental e médio de todo o mundo.

Nos últimos tempos o tema ambiental também entrou de vez na agenda das grandes empresas e do sistema financeiro internacional, como vimos na última reunião do Fórum Econômico Mundial, em Davos. E o Brasil perdeu protagonismo na agenda da sustentabilidade, após décadas de avanços importantes na redução do desmatamento, de compromissos com o clima e de diversificação para energias renováveis.

Infelizmente, o que temos realmente visto no nosso mundo hiperconectado é um debate de surdos do tipo “nós contra eles”, decorrente de hoje participarmos de redes sociais formadas por pessoas que basicamente pensam como a gente. Nesse sentido me parece um equívoco insistir no autoelogio para plateias limitadas e catequizadas. Ou, ainda, insistir em afirmações do tipo “somos os mais sustentáveis do mundo”, mesmo que isso fosse verdade. Eu prefiro o caminho de assumir nossos avanços e os nossos problemas com maior modéstia, encarando, sem subterfúgios, o diálogo com quem pensa de forma diferente, principalmente no exterior.

Aliás, pensar diferente não deveria ser um problema. Empresas que atuam junto aos produtores entendem melhor a realidade agrícola do que as que atuam na ponta do consumidor. No universo heterogêneo das ONGs, há várias delas que trabalham há anos com produtores rurais brasileiros e têm feito defesas impecáveis da sustentabilidade da nossa agricultura no exterior. Governos europeus criticam o Brasil nessa área muito mais do que governos asiáticos, mas são estes últimos que respondem por dois terços do que exportamos hoje e com quem mais temos de dialogar.

Em suma, o Brasil não deveria tomar posição contra o restante do mundo no tema ambiental. Ao contrário, é preciso formar alianças estratégicas em diversos níveis, reconhecer os problemas existentes, enfrentar as perguntas difíceis, ampliar o diálogo e eventualmente receber elogios dos outros, e não próprios.

Ao mesmo tempo, o setor privado do agro brasileiro precisa abraçar o combate ao desmatamento ilegal no Brasil, atacando a necessidade de regularização fundiária com critérios sólidos, condição básica para a punição dos abusos.

Na agenda internacional, o Brasil deveria liderar um esforço global para discutir como alimentar quase 10 bilhões de pessoas em 2050, metade delas vivendo na África e no subcontinente indiano. O modelo agrícola atual desses países claramente não permite solucionar o seu gap potencial entre oferta e demanda agrícola.

A melhor solução de longo prazo para mitigar as mudanças do clima é o menor uso de recursos naturais, que em última instância se traduz por aumento da produtividade. Os ambientalistas afirmam que o agro não enxerga que o desmatamento vai prejudicar a própria agricultura no longo prazo. Os agricultores dizem que os ambientalistas não entendem que o Brasil é um dos únicos lugares do mundo capazes de produzir duas a três safras por ano e que o mundo precisará do nosso modelo produtivo tropical para se alimentar. Ambos estão corretos, mas faltam confiança e cooperação.

Hoje sobram observatórios do clima e do uso da terra no mundo. Mas faltam observatórios da agricultura, que tragam respostas concretas para o gap potencial entre oferta e demanda de alimentos no longo prazo. Essa é uma questão que certamente envolve a agenda do clima, mas também envolve demografia, renda per capita, urbanização, modelos de produção e organização de cadeias de suprimentos. Envolve, portanto, o conceito de sustentabilidade nos seus pilares econômico, ambiental e social. Se houvesse maior diálogo entre esses observatórios, com certeza diminuiríamos a intolerância e a surdez que imperam no nosso mundo hiperconectado.

() Marcos Sawaya Jank é professor de agronegócio global do Insper e titular da Cátedra Luiz de Queiroz da Esalq-USP.*

14 - O mundo global e a covid-19

Jornal “O Estado de S. Paulo”, Opinião, 27/03/2020.

Marcos S. Jank*

A globalização será fortemente impactada pelos dois tsunamis da pandemia.

A imagem mais dura e realista da crise que vivemos são as duas ondas que nos vão atingir em cheio. A primeira é uma onda de menor tamanho, que já recebe todas as atenções neste momento: a pandemia do coronavírus. A segunda, ainda desconhecida e muito mais avassaladora, é a recessão mundial que vem logo atrás da covid-19. Dois tsunamis sucessivos, porém de diferentes natureza e impacto.

O dilema é que quanto melhor forem a contenção e o isolamento das pessoas, maior será a vitória contra a primeira onda e mais desastroso será o impacto da segunda. Como diz o ditado, “se correr

o bicho pega, se ficar o bicho come”. Neste caso, se correremos para fora de casa o bicho da covid pega todo mundo, se ficarmos confinados em casa o bicho da recessão nos come mais à frente.

A tragédia é que, enquanto a covid-19 ataca os mais velhos, a recessão atingirá principalmente os mais pobres, o mercado informal e as pequenas empresas, que têm pouco acesso a crédito e capital de giro, afetando milhões de empregos.

A crise atual origina-se na área sanitária, que determinou o isolamento social, e avança na área econômica, com a paralisação da oferta de bens e serviços. Esta crise exige, portanto, políticas públicas que consigam administrar o difícil *trade-off* entre riscos sanitários e riscos socioeconômicos, com suas respectivas medidas e ajustes.

No cenário otimista teremos um impacto momentâneo, com a doença causando poucas mortes e uma recessão moderada e administrável, compensada pelo inevitável surto de crescimento quando a vida se normalizar.

No cenário pessimista, a pandemia demora muito tempo para ser solucionada e a recessão resultante deixa pesadas sequelas em termos de desemprego, quebra de empresas, desorganização de cadeias produtivas, desespero e mesmo violência.

As fronteiras do mundo haviam desaparecido com a facilidade de se conectar, viajar, conversar e trabalhar online. Pessoas se integraram por meio de aviões, internet e redes sociais. Empresas e produtos que se tornaram globais. Mas esta crise está revelando aspectos até aqui inimagináveis, como a incapacidade dos países de prever e lidar com crises sanitárias. Com tanta riqueza acumulada, a humanidade da era digital foi abalroada pela falta de testes, máscaras e respiradores.

Isso sem contar a visível fragilidade das cadeias de suprimento e a inoperância de organizações multilaterais como ONU e G-20 para atuarem de forma coordenada e contundente num momento em que elas são mais necessárias.

O fato é que a crise do coronavírus traz o Estado-nação e as fronteiras nacionais de volta à cena e vai aumentar as pressões por controles de fronteira, protecionismo e favorecimento de produtores e produtos locais.

O mundo global pode sangrar se o nacionalismo pós-coronavírus levar à deterioração das relações EUA-China, ao colapso da arquitetura integrada da União Europeia e à redução do comércio e dos investimentos globais. Isolamento e quarentenas, xenofobia, movimentos antiglobalistas e antimigração podem produzir uma aversão a produtos importados, atingindo em cheio a crescente presença e competitividade do agronegócio brasileiro.

Um dos elos mais sensíveis no ambiente altamente tumultuado desta pandemia é o abastecimento de alimentos e bebidas. Pelo menos aqui, no Brasil, não vai faltar comida, já que produzimos muito mais do que consumimos. Mas dois problemas podem impactar o esforço de produção: a distribuição de produtos e a recessão global.

No médio e no longo prazos, temos de entender melhor qual será o impacto de uma recessão global nas nossas exportações. Conceitualmente, o agronegócio deveria ser um dos setores menos afetados, pois as pessoas não vão deixar de comer e o mundo depende do Brasil para sua segurança alimentar em diversas commodities. Mas uma recessão longa e penosa pode criar alta volatilidade e derrubar preços e margens, a exemplo da Grande Depressão de 1929.

No curto prazo, as medidas de contenção têm criado travas importantes no fluxo físico das cadeias de suprimento de produtos agropecuários e alimentos, que são longas e complexas, principalmente na área de produtos perecíveis, como frutas, verduras, carnes e lácteos, e de atividades cuja produção depende de mão de obra intensiva e aglomerada.

Isso sem contar o impacto das restrições impostas sobre importantes canais de distribuição, como bares, restaurantes, hotéis e serviços de alimentação. Tenho ouvido relatos de arbitrariedades absurdas, fechamento de cidades, falta de serviços de apoio, atrasos e quebra de contratos nas cadeias do agro. A demanda de alimentos básicos é geralmente inelástica e seus efeitos sobre o consumo total são limitados, mas os padrões de consumo podem mudar em função de restrições localizadas e preços relativos.

Em toda a minha vida, nunca vi um momento tão crítico como este, que exige estratégia sólida e coordenação firme de autoridades em diferentes níveis do governo e imenso esforço coletivo e cooperativo de empresas e pessoas. Os países que melhor lidaram até aqui com a mitigação da doença e da recessão foram os que implementaram estratégias firmes e focadas para lidar com problemas concretos (isolamento de doentes, por exemplo), ao lado de campanhas de ampla informação e conscientização da sociedade.

() Marcos Sawaya Jank é professor de agronegócio global do Insper e titular da Cátedra Luiz de Queiroz da Esalq-USP.*

15 - O casamento inevitável entre Brasil e China no agronegócio

Jornal “Valor Econômico”, Suplemento *Eu & Fim de Semana*, 24/04/2020.
Marcos Sawaya Jank*

Ao atacar os chineses com falácias e teorias conspiratórias, o país pode alvejar um dos setores centrais para a saída da recessão que se apresenta.

“Para cruzar um rio, é preciso sentir cada pedra” - Deng Xiaoping

O magnífico ensaio “O que o Brasil quer da China?” de [Philip Yang](#), publicado no Valor, mostra com precisão e incrível profundidade porque em apenas quatro décadas a China deslanchou, enquanto o Brasil manteve um crescimento pífio. Na sequência, [Rubens Ricupero](#), [Tiago Cavalcanti](#), [Roberto](#)

[Giannetti](#) e [Marcos Caramuru](#) trouxeram diferentes facetas que complementam a explicação sobre o desenvolvimento desigual dos dois países.

O Brasil se tornou globalmente competitivo em agricultura e alimentos em boa parte graças à demanda chinesa. Se o Brasil não sabe bem o que quer da China, o setor privado do agronegócio entende perfeitamente que o seu futuro está umbilicalmente ligado ao gigante asiático.

Essa relação tem grande importância num momento em que figuras importantes do Executivo e do Legislativo brasileiro, em vez de se esforçarem para reduzir os efeitos econômicos e viróticos da pandemia, optam por criar um pandemônio desnecessário com a China. Ao atacarem a China com falácias e teorias conspiratórias, essas pessoas podem estar alvejando um dos setores mais centrais para que o país saia da recessão que se avizinha.

Brasil e China estão entre os quatro maiores produtores e exportadores mundiais de produtos agropecuários e alimentos. China e Hong Kong ocupam, juntos, a primeira posição no ranking das importações mundiais do agronegócio. São, também, o destino principal das nossas exportações neste setor (US\$ 34 bilhões ao ano, ou 33% do total exportado), com um volume de exportações quatro vezes superior ao dirigido para os Estados Unidos.

O Brasil é o principal fornecedor de produtos agroalimentares para a China, respondendo por quase 20% das importações daquele país. A China responderá por um quarto do aumento do consumo de proteínas animais do mundo até 2030. Por isso, não é para menos que a China se tornou uma das principais fontes de investimento estrangeiro no agronegócio brasileiro.

A recente guerra comercial levou a China a elevar as suas tarifas de importação sobre produtos americanos. Em 2018/19 houve ainda a eclosão de uma terrível epidemia de peste suína africana, que dizimou quase metade do rebanho suíno chinês. Tais fatores fizeram com que as exportações brasileiras de algodão e carnes avícolas e bovinas disparassem, tornando o Brasil o principal supridor da China nesses produtos, além de liderar as exportações de soja em grãos.

O fato é que uma parcela significativa da oferta brasileira de produtos agropecuários e alimentos está “casada” com a demanda chinesa, sendo que não há cônjuge alternativo no mercado. Trata-se de um “casamento inevitável”, queiramos ou não, e ainda mais em tempos de Coronavírus, que desestabilizou o abastecimento doméstico chinês.

Para ficar bem claro aos sinofóbicos: os Estados Unidos não são alternativa de casamento para o agro brasileiro, mas sim um “noivo” concorrente e poderoso, turbinado por subsídios na veia de quase US\$ 50 bilhões, se somarmos os dois pacotes de apoio que os agricultores americanos receberam para compensar a guerra comercial e a crise da Covid-19.

É interessante notar que o Brasil e a China reformaram profundamente os seus setores de agricultura e alimentos a partir dos anos 1970. Deng Xiaoping liderou o maior movimento de migração da história, no qual cerca de 300 milhões de chineses deixaram o campo para atender a

imensa demanda de mão-de-obra da sua indústria manufatureira, que se integrava às cadeias globais de valor.

Esse movimento do governo chinês permitiu a modernização de parte da agricultura chinesa, com destaque para os setores de frutas, legumes e verduras e, mais recentemente, a explosão da chamada Agricultura 5.0, com seus drones, estufas, tecnologias digitais etc. Ao mesmo tempo, a China identifica a impossibilidade de atingir a autossuficiência em alguns setores e abre, de forma pontual e pragmática, o seu mercado doméstico para importações de grãos de soja, celulose, algodão e carnes.

Em paralelo, os anos 1970 no Brasil marcam o início do movimento de “tropicalização da agricultura” em direção aos cerrados do centro-oeste. Do lado da tecnologia, vieram novas variedades, correção de solos, plantio direto, duas safras no mesmo ano agrícola e o incrível fenômeno da integração lavoura-pecuária. Do lado das pessoas, uma nova geração de agricultores jovens, dinâmicos, motivados e tomadores de risco migra para as novas fronteiras com ganhos de gestão, escala e sustentabilidade.

Esses dois movimentos sacramentam o casamento entre o Brasil e a China no agronegócio, que prosperou a despeito das falhas de infraestrutura do primeiro e das dificuldades de acesso aos mercados do segundo. Trata-se de um movimento que se origina da demanda exponencial chinesa por alimentos e da alta produtividade alcançada pela tecnologia agrícola tropical. Definitivamente, ela não nasce de “visão estratégica” dos governos e da sua capacidade de planejamento.

Neste momento um novo desafio se apresenta para os dois países: o risco das zoonoses e seus impactos na qualidade e sanidade dos alimentos. Nos últimos 30 anos nos acostumamos a qualificar o aquecimento global, a desigualdade e o desemprego como os maiores problemas da humanidade. Não nos demos conta de que um inimigo invisível, que esteve sempre à espreita, ganhou enorme musculatura com a globalização: as pandemias originadas de zoonoses.

A Covid-19 não foi a primeira, e tampouco será a última epidemia que vem de animais domésticos e silvestres. Antes dela tivemos Aids, Ebola, Sars, Mers, gripe aviária e gripe suína. Nenhuma, porém, com capacidade de frear bruscamente a economia mundial.

Se a mudança do clima prometia matar paulatinamente o ser humano pela sua inação em relação ao planeta, a Covid-19 chega, sem aviso, para matar pessoas em hospitais despreparados para lidar com pandemias e na depressão causada pela parada da economia.

Estou convencido que segurança do alimento pode ser um dos principais itens de cooperação Brasil-China, países que sempre estiveram entre os líderes da produção, do consumo e do comércio de proteínas de origem animal e vegetal no mundo.

Comércio e investimentos dominam a pauta Brasil-China. Contudo, outros temas vêm ganhando importância na agenda bilateral do agronegócio, como por exemplo inovação, infraestrutura e sustentabilidade. A Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (Esalq-USP) e a *China Agricultural*

University (CAU), classificadas entre as cinco melhores escolas de agricultura do mundo, lançarão em junho o livro *"China-Brazil partnership in agriculture and food security"*, uma obra que reúne artigos de duas dezenas de especialistas chineses e brasileiros sobre os temas apontados neste artigo.

Para finalizar, precisamos reconhecer que no casamento Brasil-China os noivos sempre serão muito diferentes. A China tem uma homogeneidade socioeconômica e cultural milenar, construída em torno da ética do confucionismo, que gerou um governo único e estável. O Brasil tem uma imensa diversidade étnica e cultural e órgãos de governo fragmentados e desorganizados, onde a insegurança jurídica torna até o passado incerto.

A China tem uma visão estratégica de longo prazo sobre o seu futuro, tendo realizado investimentos coletivos em educação e infraestrutura. O Brasil não consegue olhar além das emergências de curto prazo, campo que, no entanto, demonstramos uma combinação única de criatividade, improvisação e resiliência.

No campo comercial a China promoveu as suas exportações injetando doses cavalares de competitividade e inovação na sua indústria. Já o Brasil optou por proteger a sua indústria e substituir importações, isolando-se das cadeias globais de valor, exceto no agronegócio.

Finalizo afirmando que as relações Brasil-China no agronegócio sobreviveram apesar das visões preconcebidas e ideológicas dos sucessivos governos. Lula e Dilma privilegiaram a África e os países bolivarianos. Bolsonaro quer privilegiar o mundo rico ocidental, e principalmente os Estados Unidos.

Enquanto isso, seguimos ignorando que o mundo voltou a ser asiacêntrico, e particularmente sinocêntrico, do ponto de vista demográfico, econômico e de segurança alimentar. A relação Brasil-China no agronegócio não foi planejada ou construída. Mas se tornou um fato inexorável. E não adianta lutar contra os fatos. É melhor aceitá-los com objetividade e estratégia, como fazem os chineses, há milênios.

A frase de Deng Xiaoping que abre esse texto ilustra a essência do pragmatismo chinês. De nada serve alimentar ataques insanos a uma potência global que quer se aliar ao Brasil para garantir a sua segurança alimentar. De nada serve atacar pessoas que estão construindo as nossas pontes com o mundo, como a Ministra da Agricultura Tereza Cristina.

A resposta para a pergunta “o que a agricultura brasileira quer da China” é simples: queremos construir confiança e cooperação para atravessarmos juntos o rio turbulento da segurança alimentar, sem posições apriorísticas ou ideológicas.

() Marcos Sawaya Jank é professor de agronegócio global do Insper e titular da Cátedra Luiz de Queiroz da Esalq-USP*

16 - Um alerta global para zoonoses e segurança do alimento

Jornal “O Estado de S. Paulo”, Opinião, 24/04/2020.

Marcos S. Jank*

Brasil deve liderar busca de novos paradigmas de sanidade animal nas cadeias agroalimentares.

A forte relação entre zoonoses, sanidade animal e segurança do alimento será um dos principais temas a serem revistos no mundo pós-pandemia. Zoonoses são doenças causadas por vírus e outros patógenos que contaminam animais, podendo ou não “pular” entre espécies e infectar seres humanos. Exemplos recentes são influências, HIV, Ebola, Sars e Mers. O coronavírus é só mais um que atinge humanos. E não será o último.

As primeiras pessoas infectadas pelo coronavírus frequentaram o mesmo mercado de produtos frescos e perecíveis em Wuhan, na China. Trata-se de um típico *wet market* ou “mercado molhado”, nome que se origina do uso frequente de água ou gelo para conservar produtos perecíveis, além da lavagem do recinto com água para escoar sangue e resíduos.

A maioria dos *wet markets* não dispõe de refrigeração adequada, daí o nome “molhado”, em vez de resfriado ou congelado, formas que conservam melhor o produto. Mais da metade da venda de alimentos frescos (frutas, verduras, carnes e pescados) nos países em desenvolvimento é feita em mercados desse tipo, onde o controle sanitário costuma ser bastante frouxo.

Muitos deles também oferecem animais domésticos vivos para abate, que ficam presos em gaiolas ou pequenos espaços e são abatidos, eviscerados e cortados no próprio mercado, de acordo com a demanda do cliente.

Não raro tais mercados têm ainda uma seção de “animais silvestres e exóticos” que oferta alguns tipos de roedores, macacos, tatus, tartarugas, sapos, morcegos e cobras, vendidos no mesmo modelo dos animais domésticos. Vale lembrar que mais de 800 milhões de pessoas se alimentam de animais silvestres, principalmente na Ásia e na África, a maioria por razões nutricionais e via autoconsumo, sem aglomerações.

O problema que estamos tratando é a existência de criação ou caça comercial de animais silvestres, que acabam sendo vendidos nos mercados molhados, elevando o risco de transmissão de zoonoses. Em outras palavras, uma parcela dos *wet markets* oferta animais domésticos e silvestres (vivos ou convertidos em carnes e subprodutos) no mesmo espaço sujo e comprimido em que circulam centenas de pessoas todos os dias. No período que trabalhei na Ásia visitei vários desses mercados de padrão século 19 (ou antes), encaixados em megacidades, ao lado de prédios moderníssimos de padrão século 21. A sensação era a de andar dentro de uma “bomba biológica” de alta periculosidade. Mas nunca imaginei que ela poderia ser tão avassaladora.

Acontece que as cadeias produtivas de alimentos são muito heterogêneas no mundo, seja na propriedade rural, no processamento, na distribuição ou no varejo. Empresas multinacionais que

seguem os melhores padrões sanitários globais convivem no mercado com espeluncas que abatem e evisceram animais na frente do consumidor, sem nenhuma fiscalização. Dois pesos e duas medidas na aplicação de leis sanitárias. Régua alta para alguns, baixa para outros.

A solução para esse problema, que está na raiz da epidemia, é o controle sanitário rígido dos *wet markets*, incluindo coibir a caça comercial ilegal de animais silvestres, além da aplicação efetiva de legislações sanitárias e punição exemplar dos abusos. Mas há outros fatores de mudança, em que o Brasil tem vasta experiência e muito a ensinar. São eles: 1) a criação e manutenção de cadeias frias desde o abate dos animais até a preparação final da comida; e 2) o modelo de “integração vertical” produtor-processador vigente nas cadeias de aves e suínos - indústrias alimentares e cooperativas oferecem animais para engorda, rações, vacinas, medicamentos e assistência técnica plena a seus produtores integrados, melhorando a sanidade e a segurança do alimento.

O Brasil também tem desafios internos a serem vencidos em sanidade animal, tais como a aplicação uniforme da legislação em todo o território nacional e o controle sanitário efetivo das nossas fronteiras. Mas não há a menor dúvida de que estamos muito à frente da grande maioria dos países, particularmente do mundo em desenvolvimento. Não seríamos líderes globais na exportação de carnes bovina, avícola e suína para mais de 150 países se não tivéssemos um sistema sanitário de padrão global, que pode e deve ser melhorado após esta pandemia.

Acredito que o Brasil deveria assumir posição protagônica nos debates sobre sanidade humana e segurança do alimento que certamente vão ser realizados na OMS, na FAO, no G-20 e na Organização Internacional de Epizootias (OIE).

A queda do Muro de Berlim, em 1989, marcou a reorganização política do mundo, com o fim da guerra fria. Em setembro de 2001, o atentado às torres gêmeas de Nova York marcou a reorganização da segurança internacional, com a conscientização sobre os riscos do terrorismo global. O coronavírus marcará a reorganização da sanidade humana, que descobriu sua inimaginável fragilidade ante a globalização.

Alguns acharão que isso representará uma crise para o agronegócio. Eu prefiro ver como uma oportunidade de valorização e aprimoramento do nosso papel no mundo agroalimentar.

() Marcos Sawaya Jank é professor de agronegócio global do Insper e titular da Cátedra Luiz de Queiroz da Esalq-USP.*

17 - Parceria Brasil-China para a segurança alimentar

Jornal “O Estado de S. Paulo”, Opinião, 29/05/2020

Marcos S. Jank*

Pei Guo**

Silvia H. G. de Miranda***

Nos anos 1970 o Brasil e a China, as maiores economias da América Latina e da Ásia, iniciaram reformas que colocaram os dois países entre os quatro maiores produtores e exportadores mundiais de produtos agropecuários e alimentos.

Em 1978 Deng Xiaoping iniciou reformas que levaram mais de 200 milhões de chineses a deixar a zona rural para trabalharem nas novas manufaturas do país, formando a maior classe média emergente do planeta. Isso permitiu que a agricultura chinesa se modernizasse, incorporando tecnologia, insumos modernos e escala de produção. Ao mesmo tempo, sabiamente o país decidiu se especializar em atividades intensivas em mão de obra, como aquicultura (pescados) e hortifrutigranjeiros, hoje os setores mais dinâmicos da pauta de exportações agrícolas da China. Mais tarde, o impacto da chamada indústria 4.0 sobre as cadeias agroalimentares chinesas ficou evidente, levando digitalização, drones, estufas flexíveis, inteligência artificial, robótica e comércio eletrônico para o campo.

Nesse mesmo período o Brasil descobriu a fórmula para vencer as dificuldades da produção agrícola em regiões tropicais dominadas por solos pobres e pragas abundantes. A solução veio da combinação de tecnologias inovadoras e agricultores capacitados que migraram para os cerrados do Centro-Norte do País, ganhando produtividade e combinando economias de escala (grandes propriedades) e de escopo (duas safras por ano, integração lavoura-pecuária). O Brasil especializou-se em atividades intensivas em terra e capital, a exemplo do complexo integrado de produção de grãos e carnes e da produção eficiente de açúcar, etanol e bioeletricidade de cana-de-açúcar.

As profundas transformações do Brasil e da China se casaram em 2000, quando a demanda explosiva por proteína animal (carnes, pescados e lácteos) da classe média emergente chinesa se encontrou com a imensa oferta de soja do cerrado brasileiro. A soja, uma planta originária da China, é a principal fonte de proteína da alimentação animal.

De 2000 a 2020 as importações chinesas saltaram de 2% para 35% da pauta exportadora do agronegócio brasileiro, tornando a China, de longe, a principal cliente global do Brasil. O agronegócio responde por metade das exportações totais do Brasil para a China.

No sentido inverso, o Brasil tornou-se o principal fornecedor de produtos agropecuários para a China, respondendo por 20% das importações do país asiático e ocupando o primeiro lugar nas importações chinesas de soja, celulose, açúcar, algodão e carnes bovina e avícola.

O comércio do agronegócio decolou entre os dois países, mas muito ainda pode ser feito para ampliá-lo nos dois sentidos, aumentando volumes e diversificando e diferenciando os produtos comercializados. Mas o comércio não é tudo. Há imensas oportunidades para maior cooperação entre os dois países em áreas como investimentos, infraestrutura, sustentabilidade, ciência e inovação.

A China poderia beneficiar-se dos conhecimentos sobre tecnologia tropical brasileira na agropecuária e em bioenergia, principalmente em etanol combustível. O Brasil poderia conectar-se à revolução digital, de drones e do comércio eletrônico da China. O Brasil carece de capital e investimentos na agricultura e de melhorias na infraestrutura de apoio ao setor. Os dois países enfrentam grandes desafios no tema da sustentabilidade: o Brasil, nas questões ligadas a desmatamento ilegal, biodiversidade e uso da terra; a China, em temas como falta de água, degradação de solos, poluição do ar e mau uso de pesticidas.

O tema da sanidade e segurança do alimento tornou-se central neste momento de pandemia global. As cadeias da proteína animal dos dois países poderiam estar mais integradas, com a construção de uma sólida parceria estratégica de longo prazo no setor.

Os temas acima listados fazem parte do livro **Parceria Brasil-China para a Agricultura e a Segurança Alimentar** (*China-Brazil Partnership on Agriculture and Food Security*), que será lançado na próxima semana pela Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (Esalq-USP) e pela *China Agricultural University* (CAU), sob a nossa coordenação.

São 12 capítulos em inglês que trazem análises e perspectivas chinesas e brasileiras de 24 especialistas ligados às duas universidades. O livro analisa a evolução da agricultura e das políticas agrícolas nos dois países, os casos de maior sucesso internacional e uma ampla discussão sobre temas-chave da relação bilateral, como comércio, infraestrutura, investimentos, inovação e sustentabilidade.

O lançamento será feito por meio de um debate virtual organizado pela Esalq no dia 3 de junho às 10 horas, em seguida será posta à disposição a versão eletrônica do livro para download gratuito. Trata-se provavelmente da mais completa obra já produzida sobre as relações Brasil-China no agronegócio.

(*) *Marcos Sawaya Jank é professor de agronegócio global do Insper e titular da Cátedra Luiz de Queiroz da Esalq-USP.*

(**) *Pei Guo é professor titular e ex-reitor da Faculdade de Economia e Administração da China Agricultural University (CAU).*

(***) *Silvia H. G. de Miranda é professora associada e vice-diretora do Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (CEPEA) da Esalq-USP.*

Participações em eventos online em lives e webinars

FUNDAÇÃO FERNANDO HENRIQUE CARDOSO (FFHC)

Live 21 maio 2020 – "Os desafios do agro brasileiro frente aos efeitos duradouros da pandemia"

https://www.facebook.com/watch/live/?v=4278636848814814&ref=watch_permalink

CNN MUNDO

Edição #14 - 15/05/2020 - Futuro incerto da Organização Mundial do Comércio

<https://www.youtube.com/watch?v=vs1lmOTrqAo>

PODCAST INSTAGRAM com KELLEN SEVERO

Marcos Jank, acredita que o mundo pós-pandemia será marcado por zoonoses, sanidade animal e segurança do alimento. No bate-papo, Jank analisa o presente e o futuro do comércio do Brasil com a China e destaca como o agronegócio brasileiro será impactado pelas relações entre Estados Unidos e China. Marcos Jank é especialista em agronegócios e viveu 4 anos na Ásia onde desenvolveu trabalhos para BRF, ABPA, ABIEC e UNICA. O conteúdo deste podcast foi gravado no dia 04 de maio de 2020 em uma live transmitida via Instagram que contou com perguntas e participações da audiência. Compartilhe o conteúdo pelas redes sociais e WhatsApp para mais gente acessar as análises e informações. Para mais atualizações siga

@kellensevero no LinkedIn. <https://lnkd.in/gnWZUFs>

O acordo entre Estados Unidos e China na visão de Marcos Jank

Live com Revista Globo Rural – Janeiro de 2020.

<https://revistagloborural.globo.com/Noticias/Videos/noticia/2020/01/o-acordo-entre-estados-unidos-e-china-na-visao-de-marcos-jank.html>